

A **EDITORA ENTREMARES** é um projeto coletivo que utiliza a licença **copyleft** em quase todas suas publicações para que as pessoas possam baixar, copiar e distribuir gratuitamente os conteúdos. Desta maneira compreende que a concepção do conhecimento e das expressões artísticas são atividades coletivas, que se iniciaram antes de nós, e que podem e devem circular livremente pelas redes nas quais os indivíduos participam, produzindo capilaridades no acesso aos bens culturais que a própria editora não teria condições de realizar ou que, no mínimo, não seria desejável que apenas a editora realizasse.

Contudo, produzir conteúdos desta maneira *não significa que o projeto não tenha custos*. Editar os livros envolve gastos com tradução, revisão, diagramação e impressão. Você pode colaborar fazendo uma **doação** para a **Editora Entremares**, no intuito de manter o *projeto vivo* e organicamente vinculado à *estes princípios*. Ao fazê-la, estará também contribuindo para a livre circulação dos conteúdos produzidos.

Sua **doação**, pode ser feita clicando no botão abaixo:
(*uma página do PagSeguro abrirá em seu navegador*)



Ou através de depósito bancário:

Banco do Brasil | Ag: 3560-2 | Cc: 26926-3

Para apoiar o projeto de outras formas nos escreva:

editoraentremares@gmail.com



coleção
zênite

coleção zênite

O projeto da coleção visa, num primeiro momento, republicar textos que apresentam formas alternativas para nossa vivência em comum, em vez de se esgotarem em reivindicações que não fogem dos limites definidos pelas estruturas de poder atuais. São obras que corajosamente assumem o desafio de refletir e propor uma prática de organização libertária, nas dimensões econômica e política, que ultrapassem o horizonte do possível.

PEDRO FERREIRA DA SILVA

COOPERATIVA SEM LUCROS

UMA EXPERIÊNCIA ANARQUISTA
DENTRO DA SOCIEDADE CAPITALISTA



editora
entremares

S586c SILVA, Pedro Ferreira da, 1873-1958.

Cooperativa sem lucros : uma experiência anarquista dentro da sociedade capitalista / Pedro Ferreira da Silva. São Paulo/SP : Editora Entremares, 2017.

144 p.; 21x14 cms.

ISBN 978-85-93890-02-4

1. Cooperativismo 2. Anarquismo 3. Economia I. Título.

CDU-334.061.2

EDITORA ENTREMARES

entremares.noblogs.org

fb.com/editoraentremares

editoraentremares@gmail.com

PROJETO GRÁFICO & DIAGRAMAÇÃO

Adriano Skoda

ARTE CAPA

Adaptação de *Circles in a Circle* (1923), de Vasily Kandinsky (1866 - 1944).

REVISÃO

Clayton Peron Franco de Godoy

NOTAS DA EDIÇÃO

Eduardo de Souza Cunha

1ª EDIÇÃO: Editora Germinal, 1958.

2ª EDIÇÃO: Editora Entremares, 2017.

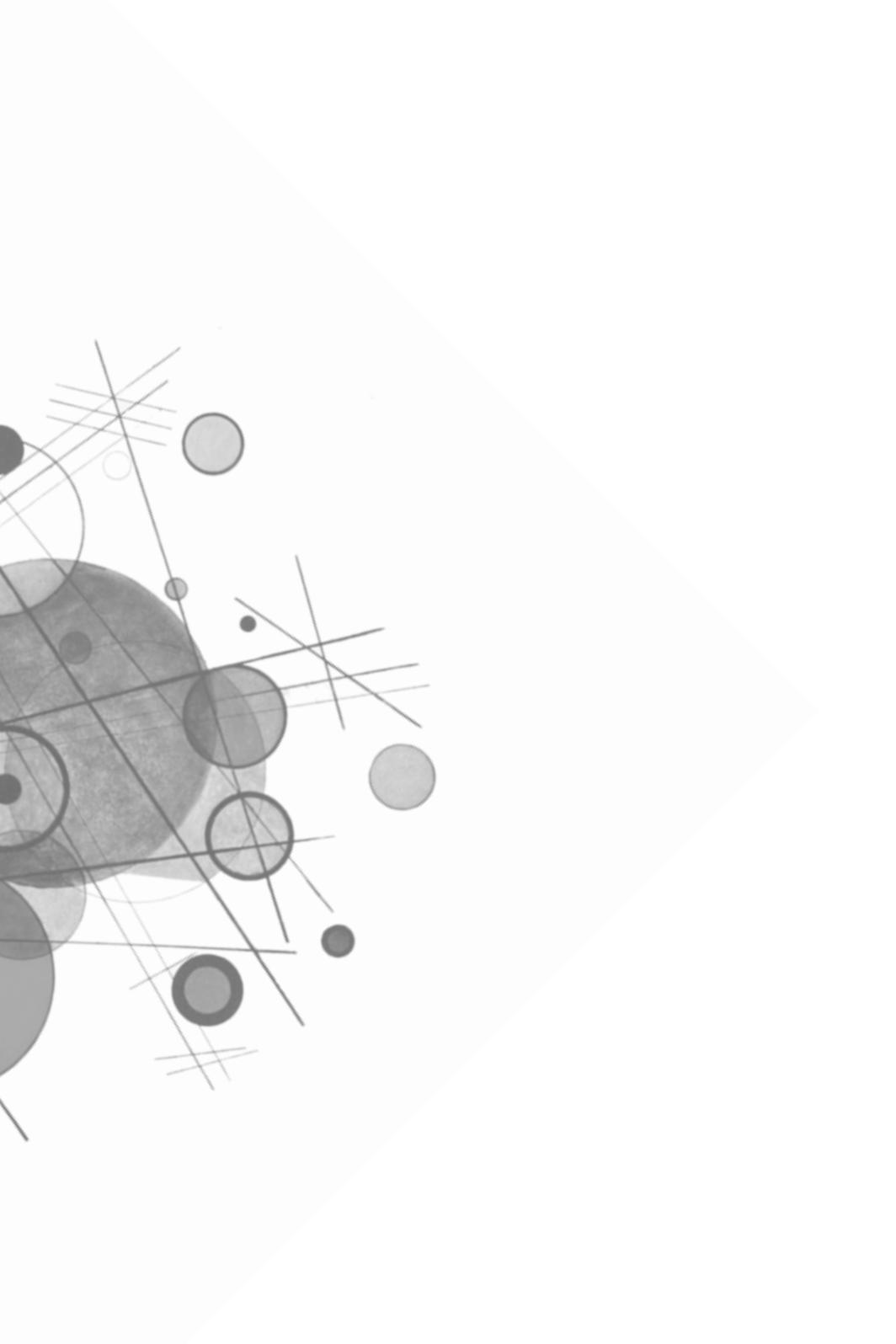


É livre a reprodução para fins não comerciais, desde que esta nota seja incluída e a autoria seja citada.

Impresso no Brasil

ÍNDICE

- 7. APRESENTAÇÃO
- 13. JUSTIFICAÇÃO DO SUBTÍTULO
- 15. PREÂMBULO
- 17. MEIOS DE AÇÃO
- 21. O CAMINHO DA IGUALDADE
- 25. VIDA MELHOR
- 29. VARIAÇÕES DA PROPRIEDADE
- 33. POR QUE DEVEMOS TRABALHAR
- 37. CONSIDERAÇÕES SOBRE COOPERATIVISMO
- 41. AS NOSSAS COOPERATIVAS
- 45. COOPERATIVA SEM LUCROS
- 49. GÊNESE DA COOPERATIVA
- 53. PRIMEIRO, VIVER
- 57. COOPERATIVISMO E MOEDA
- 61. FUNDO SOCIAL DA COOPERATIVA
- 65. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO
- 69. AS QUOTAS REEMBOLSÁVEIS
- 73. RESULTADOS EXCEDENTES
- 77. ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO
- 81. OS PREÇOS NA COOPERATIVA
- 85. O COMÉRCIO, REFÚGIO DE INCAPAZES
- 89. RAMOS DE ATIVIDADE
- 93. COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO
- 97. COOPERATIVAS DE CONSUMO
- 103. COOPERATIVISMO LIVRE
- 107. INTERCOOPERATIVISMO
- 111. EFEITOS DA COOPERAÇÃO
- 115. A TRAIÇÃO DO TEATRO
- 119. ESBOÇO DE AÇÃO CULTURAL
- 123. A FAMÍLIA, CÉLULA COMUNISTA
- 127. A FAMÍLIA, BASE ECONÔMICA
- 131. A COOPERATIVA GERAL
- 135. CONFIANÇA EM NOSSOS MÉTODOS
- 141. A COOPERATIVA - ÉLISÉE RECLUS



APRESENTAÇÃO

Existem poucas informações a respeito da vida de Pedro Ferreira da Silva. Nascido em Portugal, exilou-se na França após a implementação da ditadura em Portugal antes de se estabelecer definitivamente no Brasil. No prefácio à primeira edição de *Cooperativa sem lucros*, o editor Roberto das Neves nos apresenta esse autor como um "velho militante sindicalista", jornalista e escritor que já havia produzido obras nas áreas de literatura e de crítica social e econômica, sendo a mais importante até então, do ponto de vista anarquista, a obra *Três enganos sociais: férias, previdência e lucros*, de 1953.

Antes disso, o autor já havia lançado outras obras, tendo estreado em 1932 com um folheto intitulado *Colônia de Férias*, e produzido obras de literatura e poesia, tais como *Eu creio na Humanidade!*, de 1945. Além destas Pedro Ferreira da Silva publicou também *Prendas de Portugal*, em 1956, pela editora Pongetti, *As Voltas que o Linho dá*, em 1961, pela editora Campestre, *Ícaros Novos*, em 1964, pela editora Germinal e *Aquilo que a gente sente*, em 1973, pela editora Pongetti.

O livro *Cooperativa sem lucros*, que o leitor tem agora em mãos, ganha sua primeira reedição após mais de 50 anos fora de circulação. Editado pela primeira vez em 1958 pela editora Germinal, o livro de Pedro Ferreira da Silva engrossava a lista de publicações da editora anarquista fundada em 1946 por Roberto das Neves no Rio de Janeiro. A editora Germinal foi um dos principais órgãos divulgadores das ideias anarquistas e das atrocidades promovidas pelo regime de Salazar em Portugal. Entre as obras publicadas pela editora contra o regime autoritário português destacam-se os *Sermões da Montanha*, de Tomás da Fonseca, em 1948, *Portugal Oprimido*, de Fernando Queiroga, em 1958 e *A Fome em Portugal*, de Edgar Rodrigues e Roberto das Neves, em 1959.

As ações políticas e a cooperação entre Pedro Ferreira da Silva e Roberto das Neves iam além dos trabalhos em torno da editora Germinal. Ambos tomaram parte no jornal anarquista *Ação Direta*, publicado no Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1950. Foi neste mesmo jornal que apareceu em setembro de 1958 uma longa nota, provavelmente escrita por Ideal Perez, apresentando o livro *Cooperativa sem lucros*. A nota, publicada na coluna Estante Libertária, ressaltava que:

Como os leitores poderão verificar, trata-se de um trabalho sério, honesto e profundo nos objetivos, complemento lógico dos esforços anteriormente realizados pelo autor no sentido de denunciar os mitos, sangrentos e ladravazes, da política e do Capitalismo.

Alguns leitores, não libertos da superstição da Autoridade, encarnada no Estado, no qual veem o paizinho bondoso, providencial, todo-poderoso e tutelar, sem o qual nada existiria no mundo, sentir-se-ão talvez chocados com o subtítulo da obra: "Uma experiência **anarquista** dentro da sociedade estado-capitalista".

A obra reivindica o sistema cooperativo como uma alternativa tanto ao capitalismo liberal como ao capitalismo de Estado soviético, que eram, na ocasião em que o livro foi escrito, representados pelas duas potências em luta na Guerra Fria que se aprofundava como característica do contexto mundial.

O sistema cooperativo, em seu entendimento, é uma forma de organização que simultaneamente subtrai a vida econômica das amarras da lógica do lucro e do comércio e da autoridade e submissão ao Estado. É importante ter clareza sobre esse ponto, que o autor sublinha diversas vezes ao longo dessa obra: somente a introdução paulatina de um *sistema cooperativo*, que integre tanto cooperativas de produção quanto cooperativas de consumo, é capaz de fomentar o intercooperativismo anticapitalista e antiestatista.

Este projeto econômico apontado por Ferreira da Silva, longe de constituir uma visão nova dentro do movimento anarquista, reverberava aquelas ideias que já haviam sido apresentadas por alguns dos principais pensadores anarquistas. Em maio de 1919 em um encontro entre Kropotkin e Lenin o pensador anarquista apontou ao líder bolchevique como o governo soviético, longe de estar estimulando as cooperativas autogeridas – como era esperado em um suposto governo revolucionário baseado na estrutura dos soviets – estava minando as forças sociais ao implementar uma burocracia estatal que impedia a gestão social das cooperativas. Kropotkin pontuou:

[...] em Dimitrov, sei que estão sendo perseguidas cooperativas que nada têm a ver com essas que você acaba de mencionar; e é porque as autoridades locais, talvez até mesmo revolucionários de ontem, se burocratizaram, converteram-se em funcionários que querem tirar a sanha de seus subordinados e que acreditam, além disso, que todo o país é seu subordinado.¹

1 TRAGTENBERG, M. *Kropotkin*. Textos escolhidos. Porto Alegre:

O cooperativismo livre e em prol da sociedade defendido por Kropotkin se baseava nas premissas de organização do trabalho desenvolvidas desde a Primeira Internacional por alguns mais eminentes pensadores e revolucionários da época. Se a proposta de alguns dos membros da Internacional ou mesmo de Kropotkin podem parecer um pouco anacrônicas em pleno século XXI – tendo em vista que foram teorizadas em pleno século XIX em um contexto em que o mundo do trabalho possuía significativas diferenças em relação ao mundo de hoje – são, contudo, as revolucionárias e revolucionários curdos que nos mostram a validade deste projeto ao constituírem cooperativas mistas em plena guerra civil Síria², em que as relações de trabalho estão diretamente vinculadas as decisões políticas tomadas nas assembleias locais, em que deliberam, em conjunto com os trabalhadores das cooperativas, os rumos da produção.

*

* *

Por que reeditar este livro no contexto atual?

No presente contexto brasileiro, ainda que a Guerra Fria tenha se extirpado de maneira prática, suas duas linhas de oposição reaparecem discursivamente como únicas alternativas possíveis, reeditadas e reenvernizadas. Trata-se da dicotomia que pretende empurrar uma opção entre ou um capitalismo neoliberal selvagem e assassino ou um estatismo totalitário e controlador da vida social.

O que o livro de Pedro Ferreira da Silva põe a nu, e por isso permanece tão atual, é que se trata de uma falsa dicotomia. O capitalismo é sempre regulado por uma instância estatal repressora,

L&PM Editores, 1987.

2 Mais informações sobre as cooperativas de Rojava estão disponíveis em: VV.AA. *Şoreşa Rojavayê: Revolução, uma palavra feminina*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre / Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016.

ao passo que o predomínio de um estado "de bem estar social" não prescinde do rolo compressor capitalista como mola dinâmica de sua manutenção. Em ambos os casos, trata-se de absorver quaisquer iniciativas que sejam antissistema, condenando-as a reproduzir a lógica incansável do horror econômico e da violência estatal. Tal absorção é feita de maneira "doce", uma espécie de dominação suavizada, que propõe que ou a cooperativa se entregue à sanha do lucro - com o canto de sereia de que todos os cooperativados serão finalmente "patrões" e felizes capitalistas - ou que seja regulamentada, administrada e tutelada pelo Estado, o que garante que não ultrapasse certos limites sistêmicos. Em última instância, essa dupla insistência por sufocar o cooperativismo em sua origem, tornando sua potência real natimorta, está presente, por exemplo, nas ideias tão em voga de Economia Solidária. Tal absorção da lógica cooperativa, realizada simultaneamente pelo Estado e pelo capitalismo, já era conhecida por boa parte dos militantes anarquistas, que não deixaram de fazer suas críticas àqueles projetos que não tencionavam desde o princípio com estas duas instituições. Tal foi a crítica realizada por Élisée Reclus que anexamos ao livro como posfácio.

Pedro Ferreira da Silva ao destacar a adoção dessa sua forma mais elementar, a um só tempo avessa aos objetivos de realização do lucro no mercado e de cooptação por agências burocráticas do Estado, portanto ligada umbilicalmente à luta dos trabalhadores, indica que o sistema cooperativo anarquista ultrapassa a versão simplista de uma forma econômica reformista e ganha ares de fenômeno social total. Em suas palavras:

O efeito da cooperativa é econômico, se permite obter-se gêneros ou artigos por preços mais baixos; é educativo, porque ensina melhores normas de respeito ao interesse coletivo, destruindo raivas e ódios sempre em ebulição na disputa do dinheiro, na guerra dos preços, na concorrência de interesses egoístas; é moral, quan-

do infunde no indivíduo o respeito pelo semelhante, impedindo ao mesmo tempo aquela sofreguidão do roubo que lateja em todo o comerciante, em todo o homem que mercadeja com gêneros ou dinheiro, ...; é social, dando motivo a cultivarem-se relações, trocaram-se ideias ou projetos de aperfeiçoamento comum, no exercício de atividades coletivas, como são as da indústria cooperativa; é profissional, enfim, no terreno das cooperativas de produção, seja nas pequenas ou nas grandes indústrias, pois o operário, sabendo-se livre do arbítrio patronal, considerará a sua tarefa sob um ângulo diferente e todo o seu interesse estará mais na perfeição técnica do que no volume de trabalho determinante do seu salário” (p.113).

Por fim, a experimentação do trabalho livre, autogerido e consciente, conforme apresenta Ferreira da Silva é capaz de apontar um novo caminho para o mundo do trabalho, em que as relações econômicas dão o início a um processo de construção de uma nova sociabilidade que, ao mesmo tempo, se abolem as atuais relações de trabalho e se edificam novas, possibilitando assim a construção de uma outra economia. Dessa vez, não mais mediada pelo dinheiro e pelo valor, mas sim livre, ligada diretamente às necessidades sociais existentes e que possam vir a surgir.

Mais do que um manual ou um livro de receitas, o que o livro *Cooperativa sem lucros* nos proporciona é um vislumbre da criação de um novo mundo, em que o trabalho liberto da opressão do dinheiro e do lucro pode enfim se constituir como uma prática social generosa a serviço da sociedade, sem patrões nem proprietários.

JUSTIFICAÇÃO DO SUBTÍTULO

Há tempos, a revista CÉNIT, que os anarquistas espanhóis refugiados na França publicam mensalmente em Toulouse, anunciou o “3º Certame Socialista”, concurso de trabalhos literários sobre assuntos e problemas de interesse do movimento libertário na atualidade. O “Tema 15” do concurso intitulava-se “Experiências anarquistas no seio da velha sociedade”. Não tivemos mais notícia da organização daquele certame. Todavia, a ele podia destinar-se o presente trabalho, que adota o referido tema e o apresenta numa concepção anarquista do cooperativismo, prática que bem pode ser admitida como “experiência anarquista¹ dentro da sociedade capitalista”.

1 As expressões “anarquista” e “libertário”, assim como “socialismo libertário” ou “comunismo libertário” e “anarquismo” são sinônimos, e como tal aqui se empregam em oposição a “estatismo”, “capitalismo”, “socialismo autoritário”, “comunismo estatal”, “marxismo”, etc.

PREÂMBULO

É oportuno fixar rumos de ação, quando se prevê a necessidade de pôr em prática, pelas contingências do movimento político, social e econômico, sistemas capazes de satisfazer as aspirações anárquicas da humanidade. Porque não se podem negar essas aspirações, e porque o momento é de iniciativa, contra a inércia dos fracassos ou contra a reação dos privilégios feridos, qualquer experiência no sentido de dar consistência àqueles rumos deve ser encarada como objeto de estudo.

Saindo do terreno da propaganda, só serão exemplos ou fatos convincentes as realizações, de caráter econômico, suficientemente resguardadas de vícios ou defeitos que lhes possam tirar o valor de convicção e a pureza de princípios.

Como experiências anárquicas se poderiam apontar as comunas rurais, mas para elas haveria que ser conquistada a terra e isso já fugia aos limites da experiência para se tornar sociedade libertária em todo o sentido. Depende tal solução da conquista da terra, como a produção industrial depende da conquista das fábricas. O cooperativismo torna possível outra experiência

anárquica dentro da sociedade capitalista, tendo por meio de realização quase só o indivíduo e o seu esforço associativo. Esforço que também pode, no final, conduzir-nos, através de outros processos, à conquista da terra e das fábricas.

E se o cooperativismo padece de vícios capitalistas, há o recurso de fazê-los desaparecer, com a instituição do cooperativismo sem objetivos de lucro, definido o lucro como um produto do capital na sua aplicação mercantil.

MEIOS DE AÇÃO

Os trabalhadores têm ao seu alcance diversos meios de ação para alterar, sempre e em todas as circunstâncias, a situação que lhes é desfavorável. Reivindicando direitos ou tomando-os simplesmente pela adoção de sistemas de vida que modifiquem, pouco que seja, o seu atual estado econômico, destruirão a escravidão social e as algemas que o Estado e o Capitalismo impiedosamente lhes aplicam.

Não há necessidade, para isso, de violência ou sangue, de convulsões brutais, nem se trata de destruição material de algo que, ruindo, possa destruir a vida. Tem prejudicado muito a causa anarquista o conceito de violência ou desordem, atribuído aos seus princípios, com evidente má-fé, pelos adversários. Ação direta não é necessariamente ação violenta. Ação direta é ir direito ao fim, pelos caminhos iluminados, pelos meios limpos, isentos de colaboração suspeita.

A figura simbólica dos punhos que se separam rebentando as algemas é sugestiva, mas é sempre simbólica. Traduz um esforço necessário à libertação do indivíduo, e esse esforço realiza-se pela

inteligência, pela ação constante dos mais capazes, pelo esclarecimento diário dos que desconhecem o seu próprio valor e permanecem atados aos preconceitos do Estado, isto é, da bruta autoridade, do dinheiro, do patrão e da propriedade.

É certo que a emancipação dos trabalhadores produzirá um abalo tremendo em outras camadas sociais. Mas não vedará a ninguém o direito de subsistir, desde que se situe cada indivíduo no seu papel natural de integrante de uma comunidade produtora e livre. Propaganda e ação confundem-se na mesma finalidade. Uma é início da ação, a outra é o seu complemento e continuação. Os trabalhadores são submetidos aos efeitos da propaganda, que os esclarece, exercida pelos elementos difusores da cultura libertária, e devem transformá-la em ação, direta e imediata, em todas as oportunidades e por todos os meios.

A sociedade anarquista baseia-se na livre associação e cooperação dos indivíduos, segundo as suas tendências, inclinações ou interesses comuns. Logo, os trabalhadores, associando-se livremente por classes, em sindicatos, para discussão, estudo e defesa dos seus interesses econômicos, para organização profissional e especialização técnica, agirão certo e trilhando um caminho direto. O sindicalismo libertário ou anarcossindicalismo é um meio de ação coletiva.

Um operário que, graças à peculiaridade do seu trabalho, pode instalar-se em sua própria oficina libertando-se do patrão, dará um passo no artesanato livre, possível embrião de uma associação de pequenos produtores cooperando com o sistema fabril de técnica avançada. É um meio de ação individual.

As cooperativas de consumo, tirando-se delas o objetivo de lucro, podem ser também um elemento de grande utilidade para os trabalhadores. Urge, porém, modificar as suas bases, para que o consumidor não se transforme, por sua vez, em beneficiário do lucro. Este, agravando o preço dos produtos, sem lhes acrescentar nenhum valor, alimenta a classe parasitária dos intermediários. Nada o justifica, a não ser o arbítrio da propriedade. Quem

compra os artigos suscetíveis de comércio torna-se dono e abusa da propriedade para elevar-lhes o valor da troca.

Os trabalhadores podem organizar cooperativas de distribuição, emancipando-se dessa exploração econômica. Abolindo, porém, a prática da elevação de valores, eliminando-se o lucro, que é sempre antinatural. Cooperativas de distribuição e associações do artesanato livre formariam um pequeno sistema social prático e imediato de características libertárias. O cooperativismo é um meio de ação coletiva.

A ação doutrinária e cultural do anarquismo deve apoiar-se em todos os meios de ação direta, e são meios de ação direta os que levam o trabalhador, por seus próprios recursos profissionais e de sociabilidade, ao bem-estar, à liberdade e ao convívio fraternal.

O CAMINHO DA IGUALDADE

A água é o elemento que nos dá a mais perfeita demonstração da tendência natural para a *igualdade*, pelo seu nivelamento constante. Com um elemento sólido faremos, à vontade, escalas e degraus; a água resiste a tais caprichos e imposições, e, livre, procura por si mesma estabelecer sempre uma superfície uniforme. Dentro de um tanque podemos dispor pequenas divisões ou diques e, dentro de cada um, a água em alturas diversas; mas, destruídas essas barreiras, a água livre logo ficará igual.

Não será então a liberdade o caminho natural para a igualdade? Outros haverá, mas todo o esforço nesse sentido há de partir do princípio de que o homem livre é o que mais procura a sociedade igual. Não poderemos alcançar a igualdade social ou econômica enquanto estivermos presos ao preconceito ou ao interesse. Eis porque o cooperativismo não tem sido sempre bem visto pelos libertários, pois cria o interesse e este a desigualdade, contrária aos nossos ideais de perfeição.

De fato, nas cooperativas houve sempre um objetivo de lucro, mais ou menos preponderante, e nelas o lucro não é igual

para todos, quando se condiciona a sua distribuição à proporcionalidade, por exemplo, do consumo de cada membro da cooperativa. Mas a cooperação é um dos fundamentos da sociedade anárquica. É com ela que se demonstra a possibilidade das comunas livres. Só a cooperação, ampliada, multiplicada, praticada por todos os indivíduos, pode tornar viável a nossa emancipação, uma sociedade livre fora das utopias que nos atribuem, desmentido à maledicência dos adversários, destruição do pessimismo dos incrédulos. Libertemos o cooperativismo dos seus vícios de negócio, e teremos a cooperação como esforço para a igualdade.

No início do seu livro *Origem e desenvolvimento do sindicalismo operário*, Palmiro Marba escreveu o lema: “Toda energia aplicada à conquista da emancipação econômica e social do ser humano é um novo e positivo avanço no caminho da igualdade”. Em alguns trechos desse livro se alude ao cooperativismo.

No Congresso de Bruxelas, de 1868, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) votava a seguinte resolução:

Toda sociedade baseada nos princípios democráticos repele qualquer detenção ou apropriação feita em nome do capital, seja qual for a forma em que se disfarce (renda, juro ou lucro), e deixa assim ao trabalho todo o seu direito, toda a sua justa remuneração.

Com isso condenaram-se as associações cooperativas, porque já então havia, como ainda hoje, nessas sociedades, a finalidade do lucro, dos dividendos, do interesse mercantil.

As cooperativas de produção, além de fazer o trabalhador emancipar-se do salário, pois este pode ser abolido na organização cooperativa, devem ter por objetivo concorrer para a baixa de preço dos produtos, eliminando a especulação, e beneficiar todos os consumidores. As cooperativas de consumo, por sua vez, libertarão os trabalhadores das garras do intermediário inútil, proporcionando-lhes a aquisição dos gêneros em condições mais favoráveis e combatendo a exploração dos comerciantes até os extinguir, o que constituirá dupla ação em benefício da coletividade

produtora. Pensemos, sobretudo, que é preciso fazer alguma coisa, já que todo esforço conduz à igualdade, quando é livre.

As cooperativas, experiência de muitos anos, foram um meio de associação e entendimento, como todos os movimentos de defesa econômica do povo. Tomaram rumos diversos, adquiriram características oficiais, normas padronizadas. Mas conservam a sua essência primitiva, de oposição ao comércio, que faz o jogo dos preços e ganha com a fome dos explorados. Postas de lado pelos militantes de 1868, merecem hoje a atenção de outros que as estudam e recomendam.

Foi publicado, há pouco, um livrinho de Agostin Souchy, secretário geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, *O movimento cooperativista na Suécia*, que é de grande oportunidade. Analisando-o, conclui o autor que o referido movimento é da maior importância sociológica, pois desenvolve o espírito de entendimento e do trabalho voluntário em comum, ou seja a co-operação, sem a qual não pode haver ordem socialista, porque é a primeira pedra do socialismo que parte de baixo, do socialismo libertário. A associação tende a fazer os homens iguais; a co-operação ajudará os trabalhadores a caminhar para a igualdade.

VIDA MELHOR

Através de todas as suas reivindicações, os trabalhadores lutam por esta causa fundamental, humana e justa: uma *vida melhor*. Ninguém ousará, certamente, condenar essa aspiração, porquanto ela não é exclusiva do proletariado. Todo indivíduo, seja qual for a sua classe, ambiciona viver melhor. Cada um emprega o seu esforço nesse sentido, dentro do círculo de ação que lhe é marcado pela atividade social do meio em que vive e, se não o fizer, dará de si um triste atestado de incapacidade, anulação e covardia.

Para o proletariado, *viver melhor* é, em primeiro lugar, conseguir um nível econômico favorável ao seu desenvolvimento social, de acordo com as necessidades materiais e espirituais de todo indivíduo. É melhorar esse nível, de modo que eleve progressivamente a sua própria condição de indivíduo, primeiro, na família, depois, na sociedade. Isto lhe confere uma respeitável missão e um direito vital: o de ser considerado como homem e não como simples peça de máquina, manobrada ao sabor de conveniências estranhas.

A liberdade é essencial ao homem, mas não afasta, nem sequer dispensa, a razoável ambição de uma situação econômica a que muitos chamam independência, pelo fato de colocar o homem em condições de tomar certas iniciativas e compromissos com o fim de gozar vantagens ou confortos inacessíveis para muitos outros. De qualquer modo, não importa que a elevação social se faça por meio isolado ou coletivo, porque isoladamente também se melhora a coletividade e a condição geral do gênero humano. Sempre que um indivíduo melhora, está melhorando a sociedade.

Dentro deste ponto de vista, é claro que todo propagandista libertário deve ter em consideração quaisquer elementos capazes de exercer influência sobre a melhoria das condições de existência dos trabalhadores, pois é com essa melhoria que se toma possível desenvolver a sua capacidade de percepção das doutrinas emancipadoras. Por outro lado, se as classes proletárias eliminarem progressivamente os agentes da exploração econômica, estarão a caminho de uma sociedade cujos elementos de riqueza, em vez de alimentarem uma casta parasitária e inútil, beneficiarão todos os produtores e contribuirão para o mais amplo bem-estar social.

Não será por outra razão que A. Souchy recomenda, por exemplo, um estudo atento dos aspectos que pode oferecer o movimento cooperativista, uma vez que ele proporciona apreciável melhoria de condições econômicas e combate a exploração capitalista. É uma espécie de comércio por conta própria, além disso capaz de estabelecer uma estreita coordenação do esforço da produção e distribuição dos artigos essenciais. Tomando por base o caráter associativo na sua verdadeira função, é possível orientar o cooperativismo no melhor sentido e fazer dele um fator constante, de eficiência profunda, na libertação econômica dos trabalhadores e, conseqüentemente, na sua maior capacidade para assimilar as doutrinas perfeitas e levantar voos da inteligência liberta.

Segundo ainda A. Souchy, por exemplo, a organização cooperativista na Suécia atingiu um grau de desenvolvimento

considerável, tanto na distribuição como na produção, e os seus iniciadores, sem lançar mão de teorias ou idealismos, foram homens práticos que quiseram melhorar a sua posição pelo esforço conjugado. A consequência foi benéfica, porque melhoraram as condições de vida de muitos trabalhadores. Sem partir do socialismo, realizaram alguns dos postulados básicos do socialismo: a melhoria econômica da classe proletária, a assimilação social e o enfraquecimento dos preconceitos de classe. Uma evolução assim é útil ao movimento libertário, porque todo progresso dos trabalhadores, mesmo dentro da ordem estatal-capitalista, além de interessante, é necessário. Está bastante afirmado e comprovado que a miséria não conduz ao socialismo livre. Para uma perfeita conquista da liberdade, temos de partir da conquista de condições econômicas favoráveis à jornada.

Se a prática do cooperativismo permite ao indivíduo viver melhor, não é sensato rejeitá-la. Há muitas vantagens que tirar do cooperativismo, desde a obtenção dos alimentos e vestuário por preço mais baixo, até a construção de habitações modernas, sadias e confortáveis, onde o trabalhador possa realmente pensar, sentir e viver uma vida melhor.

VARIAÇÕES DA PROPRIEDADE

O direito burguês presta-se a frequentes e inesperadas variações no conceito de propriedade, que já não é o mesmo dos tempos em que tal privilégio tinha todas as garantias de intangibilidade. Sabemos que, na evolução das leis capitalistas, o direito de propriedade sofre restrições impostas pelo Estado, e que este vai, pouco a pouco, invadindo o terreno privado e tomando posse de certas partes ou frutos da propriedade particular.

Em outros tempos não se atreveria o governo a fazer desapropriações que hoje se executam sem embaraços. Os impostos, que geralmente constituem a tomada de uma parte dos bens particulares, crescem em quantidade e volume. Os capitalistas são forçados a renunciar cada vez mais à exclusividade da posse dos seus bens, precisamente para que o Estado possa ter meios de garantir-lhes a posse desses bens. É evidente a contradição, mas não absurda. Transferindo-se, de certo modo, a propriedade do indivíduo para o Estado, não se extingue, mas há de perder muito da sua velha e privilegiada força. É uma instituição decadente.

Há outras variações da propriedade, que, sem salvá-la da condenação sociológica, permitem apontar-lhe mais de uma contradição e fazer pensar que os simples produtores, sem posse de coisa alguma, também poderiam beneficiar-se da valorização que alcança o fruto do seu trabalho.

Vigora, no direito civil, o princípio de que o dono da coisa é dono também dos frutos da coisa. Assim, os senhores de escravos tinham naturalmente o mesmo direito de posse sobre os filhos dos escravos. Mas, antes mesmo de abolida a escravatura, já os filhos dos escravos tinham deixado, por lei, de pertencer aos proprietários. Ao contrário, as crias do gado constituem propriedade do dono do gado, e o dono da terra é dono também das árvores que nascem na sua terra e dos frutos que essas árvores dão, ainda que para tal não empregue o mínimo esforço.

Observando episódios modernos na disputa de direitos de propriedade, pode-se notar uma tendência para estender direitos originários ou primitivos ao desenvolvimento ou valorização da coisa transacionada.

Os escritores e artistas produzem muitas vezes suas obras em momentos de dificuldades econômicas e desfazem-se delas por preço baixo, não tendo ainda nome ou fama que lhes permita fazer-se pagar do seu esforço e gênio criador. Mais tarde, os traficantes de obras de arte vão explorando o crescimento de tal prestígio e elevam centenas de vezes o preço do que foi adquirido por ínfima importância, enriquecendo sem mais nem menos, à vista do autor impotente ou dos herdeiros, quando o autor já desapareceu deixando a riqueza do seu nome e a memória do seu gênio. Para esses casos pretende-se meter nas leis um remédio que permita ao autor, ou seus representantes vivos, participar da valorização. E então já a propriedade deixa de ser exclusiva para quem comprou.

Já assistimos a uma pendência judicial, em que era parte um Instituto de Previdência. Um imóvel fora vendido para determinado fim e, posteriormente, destinado a outra aplicação, foi

revendido por quantia muito mais alta. O primeiro vendedor reclamava uma parte do lucro.

A riqueza não aumenta com a sua expressão monetária. Mas esses casos fazem pensar no produto do trabalho de fábricas e oficinas.

O operário entrega sua obra ao patrão por determinado preço, o preço do seu salário. Essa obra passa de mão em mão, ou é retida nos armazéns, ou sofre a influência de especulações mercantis que lhe aumentam muitas vezes o valor. E o pobre operário continua na miséria, nas suas horas de trabalho e no seu salário de fome, enquanto os traficantes enriquecem, de dia para dia, com a simples operação de mudar as cifras no preço dos artigos. São aqueles intermediários que, na indústria como no comércio, o cooperativismo combate, dispensa e destrói.

POR QUE DEVEMOS TRABALHAR

Todos os atos do indivíduo têm necessariamente uma causa e um objetivo, ainda que inconsciente. Às vezes confunde-se a causa com o objetivo, e então o procedimento do homem desvia-se da sua verdadeira finalidade.

É preciso considerar que, na sociedade atual, esse erro é quase sempre inevitável, devido às condições de educação e aos meios de vida. Assim, quando o trabalhador sente que a única forma de obter alimentos e vestuário é realizar a sua compra e verifica a necessidade de ter dinheiro para que os possuidores desses elementos essenciais consentam em ceder-lhos, passa a perseguir a posse do dinheiro. Como não dispõe de outra mercadoria para negociar honestamente, aluga o braço, dá o seu trabalho em troca do salário. Este é o móvel aparente das relações individuais na atualidade. A inversão que daí resulta criou um erro flagrante na mentalidade da maioria dos trabalhadores que, por deficiência de educação, ficam encerrados na moral burguesa da troca e do lucro, da ambição e do interesse monetário.

O erro transforma-se em flagelo social quando se amplia e domina camadas inteiras da humanidade, na parte que tem a seu cargo as tarefas da produção. Diante da necessidade material de subsistir, o indivíduo não encara como devia a necessidade de produzir. Em vez de considerar isto essencial, luta pela conquista da moeda, porque ela lhe garante o alimento. Mas não pensa que, generalizando-se tal conduta, a falta de produção tornaria inútil o dinheiro e com este ninguém poderia viver. Eis porque é muito importante insistir na correção do erro. Numa palavra: devemos viver para trabalhar.

O operário empenha-se na conquista do salário, luta pela melhoria da retribuição do seu trabalho; mas nem sempre tem o cuidado de verificar se está cumprindo fielmente o seu dever de produzir. Porque segue inconscientemente o exemplo maléfico dos negociastas e traficantes de toda a espécie, a quem não falta dinheiro apesar de viverem uma vida sem trabalho ou esforço útil. Nessa luta pela conquista do salário só vê a finalidade de possuir meios monetários para adquirir os elementos vitais. A sua educação, viciada pelos processos comuns ao Estado e ao capital, está em absoluta discordância com os interesses de uma sociedade fraternal e igualitária.

Apesar da revolta que possa germinar no espírito dos explorados, é deletéria a reflexão de que “não devem matar-se trabalhando para os outros”. Porque a verdade é que sempre trabalhamos para nós.

O proletariado faz bem lutando pela conquista de melhor situação econômica; urge contudo capacitar-se de que o salário vem como consequência do seu esforço, não sendo porém a mola natural e sim uma condição transitória. Pensar que o objetivo consiste somente em ganhar dinheiro e que o trabalho fica subordinado a esse objetivo representa um absurdo social e um dos efeitos mais nocivos da mentalidade capitalista aplicada, por contágio, às camadas menos esclarecidas do povo trabalhador.

Acumulada em séculos de opressão, pesa sobre o trabalho a maldição do salário que corrompe e amolda os homens à subserviência humilhante; maldição que transforma o sublime esforço de produzir em forçada tarefa, que se procura e odeia, que se detesta e suporta, que se ilude sem escrúpulo e evita sem arrependimento. O trabalho não tem preço em moeda vil.

Repare-se ainda que o salário, instituição genuinamente capitalista, é um elemento econômico decorrente do trabalho e não um objetivo a conquistar por meio do trabalho. Devemos considerar este como a obrigação principal, em vez de cumprí-lo como simples meio de acesso ao salário.

Quando estiver suficientemente difundido este princípio, quando não houver mais a preocupação capitalista de ganhar e sim a consciência social de produzir, a igualdade estará mais próxima, porque estarão todos mais aptos a constituir a sociedade nova sem escravos nem senhores. E enquanto para ela procuramos caminhar, tenhamos bem presente esta definição: no trabalho industrializado pelo capitalismo, o objetivo é ganhar; no trabalho cooperativista, o objetivo é produzir.

CONSIDERAÇÕES SOBRE COOPERATIVISMO

A primeira coisa que devemos considerar, ao tratarmos do cooperativismo, é se este sistema tem utilidade ou não para os fins da emancipação proletária. Veja-se, pois, o que resulta de uma organização cooperativista.

Um grupo de operários carpinteiros monta uma oficina de esquadrias. Não precisa de instalações grandiosas. Pode até, no começo, trabalhar sem máquinas, pois o processo de fabricação é suscetível de se realizar por meios manuais. Adquire as madeiras, produz portas e janelas. Não tem patrão que retenha a maior parte do lucro industrial. Pode vender as esquadrias por preço mais barato, ou obter do seu labor salário maior. No primeiro caso, contribui para a baixa de custo dos produtos manufaturados. No segundo, obtém melhor situação econômica. Se houver paralelamente uma cooperativa de construções, o menor custo da esquadria faz baixar o custo da casa. Se esta for destinada a habitação proletária, facilita o teto e abrigo das famílias dos trabalhadores. Teve este cooperativismo utilidade para a causa do bem-estar comum, essencial nas massas laboriosas para elevação

do seu nível de conforto? Claro que sim. Houve algum prejuízo para o progresso das ideias anarquistas? Certo que não.

Multipliquemos os exemplos, tomemos por base outro ramo qualquer de trabalho, façamos combinações entre setores de atividade semelhante ou correspondente, e chegaremos do mesmo modo a conclusões favoráveis. O trabalhador começa assim por emancipar-se da exploração patronal, liberta-se dos parasitas do comércio, destrói pouco a pouco o próprio comércio e alcança objetivos que lhe permitem traçar planos de outras etapas do seu caminhar para a sociedade livre e fraterna.

Estamos num mundo real, cheio de vícios e erros, de imperfeições e defeitos. São vícios e erros, imperfeições e defeitos do indivíduo que estragam a sociedade. Não discutamos se esses vícios e erros, imperfeições e defeitos do indivíduo tiveram origem na má formação da sociedade. Cairíamos no círculo das cogitações primárias, no ridículo de queimar raciocínios para saber se nasceu primeiro a galinha ou o ovo. O fato é que a sociedade é um edifício formado de material ruim. Ora, não pode haver edifício bom com material ruim, e material ruim não pode fazer edifício bom.

É muito bonito idealizar uma sociedade perfeita, situá-la no futuro e imaginar o homem livre dentro dela. Se déssemos um pulo no tempo e colocássemos lá adiante o homem de hoje, estaria tudo resolvido? Teria essa simples mudança a virtude de extinguir as imperfeições do indivíduo? Eis uma crença que nos parece muito arriscada.

Temos de preparar os caminhos para a Anarquia, preparar os homens para a Anarquia. As modificações devem operar-se no indivíduo em todos os terrenos e por todos os modos. Os meios de vida, de conforto, de cultura, esses, sim, hão de ter a virtude de transformar o trabalhador. Porque ninguém negue que é necessário transformar o trabalhador.

Vamos, entretanto, pensar seriamente no cooperativismo que nos convém. Há uma espécie de cooperativismo burguês,

que não conduz senão a satisfações de lucro, de vantagens limitadas ao círculo dos seus beneficiários imediatos, sem refletir-se no mecanismo universal da produção e distribuição. Esse comercializou-se, fez-se fonte de lucro, de juros e dividendos para os seus participantes. Sociedade mercantil de muitos, nem por isso é benefício coletivo.

E, agora, um pouco de elucidação vocabular. Qualquer dicionário nos diz o que é cooperação: “auxílio mútuo para fim comum”. E explica sobre o termo “cooperador”: o que trabalha em comum. E “cooperar”: trabalhar em comum. E define, finalmente, a cooperativa: “sociedade em que são capitalistas os associados e que opera, geralmente, comprando em grande quantidade, e por isso mesmo com grandes descontos, gêneros ou produtos, que cede depois aos sócios quase pelo preço do custo”. Aqui já entrou a ideia capitalista: associados capitalistas, comprando... etc. Haverá um lucro: é dos associados. Se não houvesse, a entrega dos produtos por preços mais baixos forçaria os concorrentes do comércio comum a uma baixa paralela, beneficiando mais amplamente os consumidores.

Confrontem-se os dois aspectos do cooperativismo, e ver-se-á o que na realidade convém ao bem-estar geral. A ideia do auxílio comum existe em todos os sistemas socialistas. O cooperativismo não é socialista, comunista nem anarquista. É apenas uma arma de defesa dos explorados. Contra a especulação. Contra o parasitismo do comércio, o mais nocivo e estúpido, aquele em que o homem gasta energias, movendo-se e agindo, sem produzir, sem criar, sem fazer nada útil à sociedade. Contra a exploração patronal, aquela que tortura o obreiro amarrado à canga do trabalho, fazendo-o suar e chorar, levando-o ao triste e lamentável absurdo de odiar o trabalho. E pode vir a ser algo mais, muito mais do que uma arma de defesa: pode vir a ser movimento sólido de renovação, construção e alteração definitiva da sociedade.

Por enquanto, usando essa arma de defesa, os trabalhadores estarão na realidade procurando viver melhor, destruindo

imperfeições, corrigindo defeitos, educando-se mutuamente na fraternidade e auxílio comum, caminhando enfim para a sociedade melhor. Vamos nós, os anarquistas, ajudá-los nessa caminhada, ou desprezar o cooperativismo sem lhe antepor outros meios de ação prática, imediata, segura e convincente?

Uma comuna também há de compôr-se de cooperadores, “os que trabalham em comum”. E a cooperativa é meio caminho andado.

AS NOSSAS COOPERATIVAS

Assim como o sindicalismo sofreu a investida oficial e burguesa, que procurou tirar-lhe o caráter revolucionário para transformá-lo em estagnação e dormência da força dos trabalhadores, embalando-o até com a vizinhança de outras fórmulas de organização, como o sindicalismo patronal ou organização sindical dos empregadores, também o cooperativismo, originariamente de fundo socialista, foi vítima da perfídia capitalista que, fingindo exaltar-lhe as virtudes, adotou-o para fins de lucro, interessando nele consumidores e produtores. Um exemplo do primeiro caso, na atualidade, é o enquadramento sindical sob a vigilância burocrática e política do Estado, e do segundo, a organização cooperativista protegida pelo mesmo Estado, particularmente no seu ramo burocrático da Agricultura e ramificando-se entre os lavradores, não os obreiros da terra, mas os donos da terra. Estes dois tipos de desvirtuamento socialista estão em prática há alguns anos no Brasil.

Não são aquele sindicalismo nem este cooperativismo que servem aos objetivos libertários, quando se trata de encaminhar o

trabalhador no sentido do seu interesse próprio e da sua emancipação social e econômica, indispensável etapa no caminho para a liberdade integral. Mas temos sempre de reserva os nossos métodos de sindicalismo revolucionário, movimento em que o anarquismo pode assentar bases de ação e esclarecimento das massas. O sindicalismo livre, independente, agremiação de trabalhadores por afinidade de classe ou de interesse regional, conforme melhor nos convier. O sindicalismo, como assembleia profissional ou grêmio de finalidades confraternizadoras, mas, de qualquer forma, organização econômica e cultural, meio de defesa e de combate à exploração tiranizante, ao escravagismo da era moderna, à crueldade dos fautores da fome coletiva.

E temos também o cooperativismo cuja essência precisa ser resguardada pelas classes trabalhadoras, porque foi no interesse destas que ele se fundou, foi por estas abraçado originariamente em núcleos que desejavam libertar-se da tirania patronal, dos intermediários nocivos, dos parasitas sociais.

Assim nos parece que os trabalhadores, retomando a iniciativa de se agruparem livremente, têm todo o interesse em usar os meios de ação que mais se recomendam à sua causa. Trata-se de reabilitar o sindicalismo e o cooperativismo. Toda a propaganda anarquista poderia, numa coordenação oportuna, convergir para esses dois pontos momentaneamente essenciais.

A reconquista dos sindicatos está na preocupação do movimento anarquista, e será mais do que uma reconquista, será antes uma libertação das tradicionais casas dos trabalhadores, hoje entregues à burocracia estatal, com os olhos policiais em cima e os cargos de direção transformados em bem remunerados empregos para líderes profissionalizados.

Que seja outra preocupação anarquista a criação de cooperativas, de produção ou de consumo, sempre porém livres da fórmula lucrativa, que hoje as caracteriza quase em geral, livres de um padrão que só pode abastardar, adulterar e trair os fins sonhados pelos seus primeiros praticantes, aqueles tecelões do

outro século, tão impropriamente invocados na propaganda oficial das cooperativas agrícolas, simples redes de empresas que defendem seus interesses próprios antes dos interesses gerais do consumidor.

Com esse fim deveremos desenvolver um trabalho de esclarecimento adequado, chamando a atenção dos trabalhadores e de seus organismos de classe, apontando-lhes a vantagem das cooperativas, mas fulminando simultaneamente, com veemente e inapelável condenação, o objetivo de lucro de tais organizações. Esse, sim, merece rigoroso combate, pois constitui praga odiosa, e nada mais representa do que o egoísmo, semeado pelo capital em todos os que têm a desgraça de lidar com a moeda e contrair a vil moléstia da cupidez argentária.

O nosso cooperativismo, o cooperativismo anarquista, não há de ter semelhante defeito. Ele será antes a semente das comunidades livres, gerando no seio dos trabalhadores um entendimento mais íntimo e dando-lhes a sensação real de que podem bastar-se a si mesmos.

COOPERATIVA SEM LUCROS

Qualquer movimento que haja de se processar com a finalidade revolucionária de destruir o egoísmo, adiposidade característica e fruto inevitável da sociedade capitalista, será inútil se não tiver na sua essência um corrosivo suficiente para atacar e destruir também o espírito de lucro, seja qual for a sua forma. O lucro anda sempre ligado à economia, porque até a economia individual, doméstica, é um lucro conquistado sobre os meios pessoais. O homem que, poupando, não gastou tudo o que ganhara, realizou um lucro, ganhou sobre si mesmo. Praticou o mesmo vício capitalista que leva outros homens, que o levará também, a explorar o trabalho ou os recursos alheios.

Lucro é retenção de riqueza, pressupõe riqueza e propriedade. Se queremos eliminar a riqueza privada, a propriedade, enfim, não podemos admitir o lucro. Seria tolice acreditar que o fruto de um vício seja a virtude, que da mentira possa nascer a verdade, que o fogo não queime ou que a rocha dê pão.

O anarquismo tem por lema uma liberdade nova, a liberdade integral onde nenhum vestígio de mando se exerça sobre o

indivíduo, e por certo nos seus caminhos não podemos tolerar as pedras do egoísmo que façam tropeçar a humanidade e desviá-la do rumo ideal. Ora, se o egoísmo é, como acima se diz, adiposidade e fruto do regime capitalista, com a extinção deste acabaria praticamente o egoísmo. Assim devia ser, se fosse tão fácil transformar o indivíduo como transformar a sociedade, se fosse possível apagar na formação humana as distorções do caráter, com a mesma facilidade com que uma revolução muda governos ou regimes. Porque uma coisa depende da ação mecânica, das forças externas, e outra está subordinada a lentos processos mentais, muito mais difíceis de realizar ou dirigir. E por isso a revolução anarquista é sobretudo uma revolução intelectual, educação de consciências e despertar de corações. Será feita por uma série de estágios, tão longa quanto o necessitar o processo mental capaz de fazer com que o homem crie, em volta de si, o ambiente anarquista.

Poderemos considerar como um desses estágios, por exemplo, a prática do cooperativismo, adaptando-o às normas convenientes. Incontestavelmente, a sociedade cooperativista preconizada pelos propagandistas deste sistema, que por sinal se encontram muito frequentemente entre a burguesia e são suspeitos diante do proletariado, muito embora afirmem que não tem objetivos de lucro, admite as sobras atribuindo-as aos membros das cooperativas na proporção do uso que cada um faz da sociedade. Assim, não há igualdade porque o interesse está subordinado a fatores desiguais e não ao indivíduo em si. Para que se verifiquem tais sobras, tem de haver diferença de preços ou de retribuição no uso dos produtos ou serviços. E como tal cooperativismo, com pretensões à democracia, protege paradoxalmente a propriedade, não precisa mais para cair sob a nossa condenação e inteiro desprezo.

Mas precisamos de um estágio, um estágio entre muitos, para operar a nossa revolução anarquista e levá-la pelos caminhos acessíveis. O cooperativismo praticado pelos trabalhadores

será, com orientação apropriada, um meio de desenvolver o espírito associativo, a solidariedade, a confraternização e a ajuda mútua, dando ao mesmo tempo aos seus seguidores aquela sensação de independência que é a melhor semente da liberdade. Será também um meio de combate à voracidade dos intermediários, à exploração do trabalho, ao crime dos açambarcamentos, que é a retenção dos bens necessários à subsistência, pela qual a fome de muitos faz a fortuna de poucos.

Criada a cooperativa anarquista, ela será ao mesmo tempo ofensiva contra o capitalismo e defesa da existência do povo. É só pegar o cooperativismo e expulsar dele a ideia do lucro. Teremos então a cooperativa sem lucros, duplamente útil porque, livrando-nos da exploração comercial ou patronal, dá ensejo de cultivar-se o espírito de ajuda, o desprendimento, a comunhão de ideias sem venenos egoístas. E insistimos em afirmar que toda a cooperativa há de ser uma experiência anárquica, assim como a sociedade anárquica há de ser uma imensa cooperativa.

GÊNESE DA COOPERATIVA

A cooperativa nasceu de uma necessidade econômica dos trabalhadores, para sua defesa contra certos agentes especuladores que, ainda hoje e talvez mais do que em outros séculos, exercem o comércio e vivem parasitariamente no organismo social. O conjunto de fatos e elementos que foi a gênese da cooperativa não era, fundamentalmente, diverso do que é hoje. Portanto, se quisermos criar a cooperativa anarquista, teremos de considerar os mesmos fatos e elementos, com as alterações da época e as novas possibilidades da educação do povo e da técnica de produção e distribuição. Isso são pontos a estudar detidamente, aplicando a cada ramo econômico da sociedade os métodos específicos e os recursos profissionais.

Precisamos porém assentar um princípio muito sério, como preliminar de iniludível importância. É claro que nos referimos à cooperativa como arma revolucionária, não como acomodação e renúncia. Manejando-a dentro das instituições capitalistas, há que resguardá-la da influência do capital, imunizá-la contra o contágio da cobiça, tanto mais que temos de lidar

com o capital e dele nos servirmos para as relações comuns. Ora, já que a cooperativa nessas condições é apenas um estágio, com objetivos superiores mas dentro de formas reais ambientes adversas e circundantes, tais relações serão feitas na forma econômica ou financeira da sociedade capitalista, embora os seus moldes possam perfeitamente ser estabelecidos revolucionariamente, sem caráter lucrativo e com processos de administração tecnicamente independentes, como também se há de demonstrar de modo prático e isento de influências nocivas.

Sendo assim, a cooperativa será um núcleo semi-isolado, com o cordão umbilical preso inicialmente ao corpo econômico do qual tem de nascer por iniciativa dos proletários, primeiro, e de todos os indivíduos, finalmente, que tenham despertado em si a consciência da emancipação pessoal, da lei natural de economia que manda eliminar todo o agente inútil, todo o elemento prejudicial. O indivíduo, dentro da coletividade, só deverá considerar útil o mais que à coletividade interessar. A eliminação do que for inútil, do que estorvar o progresso e o bem comum, é imperativo social e biológico já hoje reconhecido até por aqueles que, apegados a preconceitos e tradições absurdas de uma civilização artificialmente edificada sobre desigualdades, queriam que essas desigualdades tivessem origem divina e se lhes desse proteção religiosa.

As cooperativas propagam-se hoje nas mais diversas classes, e delas se utilizam muito as classes médias, camada social que anda a fazer equilíbrios, com um pé na burguesia, sem dinheiro bastante para manter as mesmas pompas, e com outro no proletariado, sem capacidade suficiente para com ele ombrear nas duras tarefas do trabalho assalariado. E justamente essa classe é a mais interessada nas cooperativas de consumo, porque, afinal, pela sua condição especial, sente com frequência de modo bem mais doloroso as garras e os dentes do comércio distribuidor. Estão, portanto, assim conhecidas as cooperativas de consumo e produção, vivendo de recursos acomodáticos e nada revolucionários.

A sua gênese foi diferente. Os fatos e elementos que as criaram estão dentro da sociedade capitalista e dela não pretendem sinceramente livrar-se.

Não será inteiramente a mesma a gênese da cooperativa anarquista. Esta surgirá de fatos diferentes, ainda que aparentemente os mesmos. O operário procurará produzir integralmente para a comunidade. A associação dos consumidores terá como finalidade apenas eliminar uma etapa escusada na distribuição dos produtos, beneficiando-se com uma baixa, que ou se tornará geral, causando a ruína dos intermediários e seu conseqüente desaparecimento, ou levará os demais consumidores a seguir o exemplo cooperativista, extinguindo automaticamente os intermediários. Estes os fatos. Quanto aos elementos, são heterogêneos e não excluem o capital. Mas vejamos bem que não se trata de estabelecer de chofre um sistema coletivo de âmbito universal. Sem revestir-se tão pouco dos aspectos de burla que certas reformas apresentam, deturpando com fins ocultos o movimento revolucionário, a cooperativa tem de viver primeiro em contato com o capital, não dispensando o seu uso. É o cordão umbilical. Logo poderemos cortá-lo.

PRIMEIRO, VIVER

Encontra-se nos livros a máxima antiga, destinada a fazer sentir que a existência material está acima das divagações do espírito: “Primum vivere, deinde philosophare”. É certo que só vivendo se pode pensar, e, mesmo proclamando que nem só de pão vive o homem, temos de reconhecer que vive de pão antes de mais nada. Assim se explica porque as experiências anárquicas hão de ter sempre o seu clima básico na origem do pão — na terra, no campo, entre os trabalhadores da gleba, aqueles menos dotados de educação revolucionária, mas também os de maior influência no êxito de qualquer movimento de revolução social.

Consideremos diversos casos de experiência libertária, de tentativas de comunidade livre; uma que se lançou em São Paulo, o estado do Brasil mais densamente povoado, outra projetada por um camarada anarquista do México, e finalmente aquela mais grandiosa e fecunda pela sua afirmação de êxito, embora mais depressa estrangulada pela reação fascista, a de Ballobar de Cinca, na Espanha republicana. Pois todas elas foram levadas a cabo, com âmbito mais ou menos dilatado, em meios

camponeses e fiadas na garantia da produção agrícola. Mas há outra, que passou de experiência à categoria de pura realidade anarquista: a revolução dos camponeses de Gulai-Pole, onde Mahkno aboliu toda a influência de governo e deu à Ucrânia as primícias da liberdade integral.

Se os trabalhadores das cidades, dos grandes centros industriais, têm motivos para se julgarem mais adiantados no terreno das ideias, porque outras condições de vida lhes permitem progredir e instruir-se, não se julguem por isso superiores nem menosprezem os seus irmãos incultos das grandes regiões agrárias.

Primeiro, viver; depois, filosofar. O pão alimenta sempre os que constroem as cidades, mas nem sempre as cidades o retribuem com seus confortos aos que produzem o pão. Esta é uma dívida do trabalhador industrial, que precisa ser considerada todas as vezes que se trata da situação das classes proletárias perante a economia capitalista. É necessário que não o esqueçamos nunca.

Em qualquer parte se poderá tentar, pela associação livre dos indivíduos, pela cooperação do trabalho independente, pela organização espontânea dos produtores, uma comunidade na qual se ponham em prática os puros princípios libertários, a acracia, o regime de permuta, a abolição da exploração individual; mas, o êxito integral tem de basear-se primeiro na subsistência, e esta, por mais que a indústria forneça maravilhas de inventos, por mais que a química aperfeiçoe seus recursos, só está segura quando da terra nos vêm os alimentos essenciais, seja na forma rudimentar de frutas e raízes, seja através da transformação requintada em produtos finos de calorias concentradas.

A experiência anárquica de uma comunidade agrícola é sempre a que tem maiores possibilidades de vingar. Fruto de iniciativas locais, como em São Paulo “A Nossa Chácara”¹, origina-se numa transigência com o capitalismo, pela compra da terra

1 Comunidade agrícola fundada, em 1945, pelos anarquistas de São Paulo, em Itaim, arredores daquela capital.

em que tem de erguer as suas habitações e lavrar as suas hortas; resultado de um amplo movimento de transformação política, como a “Comunidade de Ballobar”² é mais radical em seus fundamentos e vale-se da apropriação de grandes áreas dos senhores rurais, classe que se extingue para dar lugar à livre administração das populações do campo. De qualquer modo, ainda que uma comuna rural fique muito tempo privada dos requintes do progresso e do conforto que as cidades podem oferecer, à custa do sacrifício de gerações de camponeses, tem garantida a sua existência porque tem o pão, o alimento do corpo, que permite viver, primeiro, para depois pensar, criar, instaurar em torno de nós o mundo mental dos nossos ideais.

2 Cooperativa ou coletividade agrária modelar, fundada e mantida pelos anarquistas em Ballobar, na Catalunha (Espanha), durante a guerra civil de 1936-39, prestou grandes serviços à causa da Confederação Nacional do Trabalho – CNT (anarcossindicalista) e da Federação Anarquista Ibérica – FAI (especificamente anarquista) em sua luta contra o fascismo internacional.

COOPERATIVISMO E MOEDA

Reconhecemos que é muito ingrato ver-se um anarquista no caso de admitir o uso da moeda, a condenada moeda, para fins anarquistas. Ingrato é também esse caminho, mas que importam os caminhos a quem divisa no fim deles um claro luminoso? Para a Anarquia vai-se por caminhos que não sejam degradantes. A condenação da propriedade não pode levar-nos ao roubo, como o contato com a propriedade, a posse, a troca, não há de poluir o anarquista que sabe o que deseja e se orienta para objetivos puros com caráter puro e forte.

E, então, eis o dilema: valeremo-nos do cooperativismo e da moeda, ou repelir a moeda privando-nos do cooperativismo. Mas se este é bom, usemo-lo sem receio de que a moeda nos estrague. A sujidade é repelente, e temos de tocá-la para livrar dela o corpo sujo. Nem por isso nossas mãos hão de deixar de ser limpas, antes sairão dignificadas da operação saneadora.

Posto que vamos servir-nos do cooperativismo, com propósitos anarquistas, para agrupar os indivíduos em coletividades autônomas, livres, independentes do comércio privado e

do patronato usurpador, desenvolvendo-o porém dentro da sociedade capitalista, com esta haverá os inevitáveis pontos de contato. E não podia ser de outra maneira, tratando-se de uma organização transitória, se bem que progressiva e capaz de atingir, por sua própria evolução, um grau de sensível paralelismo com o movimento doutrinário e chegar a ser um esboço de sociedade anárquica, eliminados os tais pontos de contato, como o balão elimina seu próprio apoio na terra, quando adquire a força suficiente para elevar-se no espaço e desprezar a ligação primitiva.

É claro que partimos do princípio do cooperativismo organizado com os meios atuais, sem o estorvo de preconceitos ou temores de deturpação. Tal como se quiséssemos fundar colônias ou coletividades anarquistas, experiência já tentada em diversos lugares, inclusive no Brasil, e com boas possibilidades de se alargar, reproduzir e estender, sobretudo no campo. As colônias desse gênero seriam cooperativas agrícolas, como as cooperativas de consumo nas cidades devem ser o início de comunidades urbanas, embora se nos afigure mais difícil a implantação destas nos centros que por sua natureza estão mais sujeitos ao poder do dinheiro.

Como se pode fundar uma colônia anarquista? Transigindo, antes de mais nada, com a propriedade, pois, não sendo a terra coisa que os homens façam, haveria que comprá-la, usando o dinheiro. Admitamos porém que a comunidade projetada chegasse a adquirir a terra por outro meio qualquer, ainda mesmo a conquista, e também estaria afinal usando o exercício da posse. Logo, os anarquistas, inimigos intransigentes da propriedade, não admitindo a propriedade, começavam por ser proprietários. E somos forçados a indagar: nós, os anarquistas, combatemos a propriedade individual, a propriedade coletiva, ou simplesmente a propriedade?

Depois de transpor esse obstáculo, a colônia anarquista fundava-se com determinado âmbito agrícola. Imaginemo-la funcionando. Ligada a que outros sistemas sociais? Isolada, podia muito

bem bastar-se a si mesma se os seus componentes regredissem à vida primitiva, tecendo à mão suas roupas de fibra natural (não haviam de matar animais para vestir-se de peles), comendo raízes, preparando ferramentas rudimentares, triturando os grãos, criando pouco a pouco os meios de vida de um progresso que levaria quantos séculos a formar-se e a crescer! E com tudo isso não escaparia ao uso da moeda, pois se, por processos de venda, de transação tipicamente capitalista, não fosse buscá-la para pagar ao Estado os tributos da propriedade, o Estado usaria seus meios de coação, sua força policial ou sua máquina judiciária, para confiscar tudo e estrangular a pequena e estoica sociedade nascente.

É assim que tanto a comunidade agrária como a cooperativa anarquista, enquanto forem simples experiências locais e tentativas de emancipação, enquanto tivermos de fazê-las dentro da sociedade capitalista, cercadas de todos os elementos hostis, de todos os inimigos ameaçados pela sua influência libertária, hão de valer-se dos recursos de organização e sobrevivência comuns ao capitalismo: a propriedade e a moeda. O que não quer dizer que aceitemos tais recursos sem a repugnância que sempre nos causaram, sem a aversão que fundamentalmente lhes votamos. Apenas devemos usá-los como se usa um corrosivo para eliminar podridões orgânicas. O corrosivo continua sendo detestável, e quando não houver mais podridões acabar-se-á também com ele.

A comunidade agrária, a colônia anarquista, viverá pois a sua vida utilizando os progressos e confortos que a humanidade já realizou, servindo-se para isso da moeda, complemento externo das suas relações. A multiplicação progressiva de tais núcleos é que pode levar à eliminação de uma necessidade que não é degradante, embora a consideremos indesejável.

As cooperativas, seja qual for a sua natureza, estão no mesmo caso. Não sendo as suas atividades propriamente compra e venda, no sentido mercantil das transações a que nos sujeita o comércio atual, elas terão de ser cumpridas com o uso da moeda. Capital de maiores ou menores proporções como fundo social,

moeda como símbolo de troca dos produtos, será sempre o dinheiro... Tenham os anarquistas a coragem de usá-lo, se preciso com luvas contra o seu contágio. Cremos que há de valer a pena, considerando-se os efeitos da cooperação e a influência do cooperativismo libertário na formação de uma nova consciência econômico-social.

FUNDO SOCIAL DA COOPERATIVA

Seja qual for o fim, a atividade a que se proponha uma cooperativa — e podemos fazê-las para todos os fins, para a distribuição de mantimentos ou fabricação de utilidades, para a lavoura ou o ensino — é necessário começar com o dinheiro. O grupo organizador da cooperativa deverá, pois, antes de mais nada, realizar um trabalho de cooperação para juntar a importância indispensável, formando com ela o fundo social. O desenvolvimento da sociedade cooperativa dependerá, a seguir, de uma série de fatores variáveis, entre os quais um volume monetário que permita adquirir os elementos do seu funcionamento e dar-lhes o destino conveniente.

A importância inicial, ou seja, o fundo social, será de natureza fixa, sujeita naturalmente a aumentos exigidos pela expansão dos serviços da cooperativa. É o fundo social fixo, estabelecido para garantir as instalações, móveis ou imóveis, da sociedade. A segunda importância, de caráter oscilante, não precisa estar permanentemente em poder da cooperativa, mas apenas enquanto esta dela necessitar. É como que um fundo de

manutenção, reembolsável, por meio de renovações periódicas reguladas em face de circunstâncias eventuais.

Mas, de uma ou de outra forma, o fato é que não se estabelece uma cooperativa sem contar com os meios reais assecuratórios da sua sobrevivência. Eis porque, diante dessa realidade, tem de desaparecer a relutância em usarmos os termos capitalistas do funcionamento dos negócios e das indústrias, sem fazermos negócio no sentido comercial do termo, sem explorarmos indústria no sentido vulgar desta atividade que conhecemos geralmente, dentro do regime atual, como sinônimo de escravização do operário e enriquecimento das companhias anônimas.

Um grupo de trabalhadores agrários pode comprar certa porção de terreno, os vizinhos de um bairro abrem um depósito de mantimentos ou artigos de vestir, outro grupo de operários instala uma oficina. Cada um destes grupos representa a cooperação entre os seus componentes, mas não se detém aí o seu papel social. Ele há de associar-se mais tarde aos outros grupos da mesma natureza, aos grupos de atividades diversas que se completam formando a coletividade cooperativista. Esta coletividade, tendo por objetivo apenas a função econômica, também ainda não representa tudo o que o cooperativismo pode ser. Das preocupações econômicas passa-se à vida social, às necessidades públicas, ao campo das ciências e das artes. Mas não precisamos exemplificar todas essas faces do problema, porque estudar uma só é resolver todos os seus pontos e mostrar a viabilidade das ramificações e ligações que virão a formar uma sociedade espontânea, nascida dos núcleos para a coletividade universal. E afastando dela todos os males e defeitos da autoridade pela simples ausência da autoridade; criando o intercooperativismo que permita, por fim, prescindir da moeda inteiramente, graças à distribuição dos artigos e serviços por um sistema federativo, teremos chegado ao comunismo livre, ao anarquismo, por um caminho que não é tortuoso nem sangrento.

Também não será sem luta, porque muitas coisas haverá que vencer, muita hostilidade procurará tolher os passos dos núcleos iniciais, e até muita indiferença dos próprios meios proletários quando se lhes disser que a cooperativa não pode dar lucros, desses lucros monetários, palpáveis, insanos, que o capitalismo insufla e entram insidiosamente na mentalidade do indivíduo pobre com as primeiras economias, mormente se estas são de molde a deixá-lo antever a possibilidade de ampliá-las por qualquer processo especulador.

A cooperativa não terá um número limitado de membros ou associados, e por isso mesmo as suas instalações também não devem ter limites preestabelecidos. Uma e outra coisa dependem do desenvolvimento da sociedade. O aumento do número de associados terá como consequência a necessidade de ampliação das instalações ou serviços, portanto dos encargos peculiares. E assim o fundo social fixo representará uma espécie de patrimônio imobilizado, mas não de importância fixa, pois que, formado pela contribuição inicial dos membros da cooperativa, aumentará à medida que o seu número aumentar, ou se as circunstâncias exigirem a suplementação de quotas.

Determinando-se o valor da quota de inscrição para o fundo social fixo da cooperativa, conforme as condições econômicas do grupo interessado na sua formação e de acordo com os objetivos imediatos da sociedade ou as primeiras exigências da sua instalação, cada associado depositará essa quota a fim de ser escriturada num sistema adequado de contabilidade. Esse primeiro passo permite estabelecer a cooperativa e iniciar o seu funcionamento, que se desenvolverá segundo os planos traçados. A administração da cooperativa deve ter, porém, o maior cuidado em não empregar o fundo social de forma precária, arriscando-o a uma absorção inútil ou ao desaparecimento do seu valor.

A quota de inscrição, que o associado não recupera em seguida, há de ser módica, e a determinação da sua importância obedecerá, naturalmente, às condições particulares do grupo.

Outro motivo influirá nesse ponto: a espécie de atividade a que se destinar a cooperativa, ou a amplitude que se lhe queira dar. Mas, em qualquer caso, o alcance dos recursos monetários das classes interessadas nestas cooperativas é relativo, e isso tem de ser levado em conta, tanto mais que a eficiência maior da cooperativa depende logicamente do maior número de seus associados. E este maior número tem de ser atingido pela facilidade de participação.

Estabelecida a cooperativa, os recursos para mantê-la e desenvolver os seus serviços já podem ser obtidos por meio de outras contribuições, em forma de empréstimo reembolsável, lançado sobre a totalidade dos associados ou rateado por grupos de revezamento. A restituição e renovação dessas contribuições não deixarão que se forme ou acumule capital, tão nocivo como os lucros.

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A cooperativa é uma organização que não deve cristalizar-se em determinados limites. O seu próprio objetivo impõe-lhe, primeiro, que se mantenha; depois, que se desenvolva. Sendo a cooperativa uma célula da nova sociedade formada por si mesma, deve progredir e multiplicar-se, a fim de alargar sempre seus benefícios e reunir dentro de si o maior número possível de associados, até o ponto em que os indivíduos comecem a formar outras cooperativas, do mesmo gênero ou de gênero diferente, mas estendendo e alargando o sistema para que ele se generalize e constitua sensível mudança de processos econômicos, capaz de corresponder a uma radical mudança de hábitos e relações. Essa mudança de hábitos e relações, no cooperativismo anárquico, pode contribuir fundamentalmente para a realização de um regime libertário, sobretudo no que diz respeito à emancipação econômica do indivíduo e à sua libertação das explorações capitalistas.

Outro ponto que exige atenção é a expansão dos serviços cooperativos, a influência deles e o seu aproveitamento pelo maior número de beneficiados. Isto significa dizer-se que nem

se deve criar cooperativas restritas a pequenos grupos ou vedadas a outros, nem marcar barreiras ao seu raio de ação. A cooperativa produzirá tanto maiores efeitos, quanto mais largo for o seu campo de influência e mais numerosos os que dela participarem.

Fundada a cooperativa, seria um erro estabilizá-la como uma coisa que não possa crescer. A sua manutenção e desenvolvimento aparecem, pois, como problemas iniciais, resolvendo-se um imediatamente após o outro.

O fundo social da cooperativa, o dinheiro necessário para a sua instalação, deve angariar-se por meio de quotas especiais, cobertas por número suficiente de associados, que sejam, por assim dizer, os seus fundadores. A esses cabe a responsabilidade de estabelecer o depósito ou a oficina.

Para exemplificar, suponhamos duas espécies de cooperativa: a de produção e a de distribuição. Na primeira, compreendem-se cooperativas industriais e agrárias; na segunda, as atuais cooperativas de consumo, cuja designação precisamos retificar. De fato, a cooperativa de consumo, utilizada como veículo de distribuição, faz chegar ao consumidor os gêneros que variadas fontes lançam no mercado: não os consome. Logo, há impropriedade na sua atual denominação.

Qualquer dessas espécies de organização exige, de acordo com o seu vulto inicial e seu programa de ação, a montagem de estabelecimentos, que requerem capital e são, ao mesmo tempo, valores patrimoniais, isso que usualmente se considera garantia do capital empregado. Não reúne desde logo tantos associados como só o tempo lhe poderá trazer, mas também não deve fechar as portas aos que vierem depois. Entretanto, realizado o fundo inicial e representado este pelas instalações e pelas primeiras mercadorias adquiridas, um segundo fundo, de manutenção, permitirá desenvolver-lhe as atividades e aceitar uma nova classe de associados, não participantes daquele primeiro patrimônio, mas beneficiados pelo funcionamento da sociedade e devendo portanto ajudá-lo também com a sua cooperação.

Se nas cooperativas atuais os beneficiados são os quotistas, na cooperativa anarquista, sem lucros, tal benefício não existirá, podendo-se quando muito assegurar o reembolso das contribuições. Porque nas cooperativas de distribuição se procurará, antes de tudo, baixar os preços, e nas de produção, baixar igualmente os preços quando possível ou aconselhável, segundo a influência que esse processo seja suscetível de exercer, ou elevar a retribuição do trabalho dos operários numa prática racional e equitativa.

Surge então a possibilidade de obter, por meio de outra espécie de quotas, a cooperação dos beneficiados posteriormente pela sociedade, sem terem contribuído para a sua fundação. Isso tem como resultado a existência de duas classes de associados, a primeira das quais é fundadora e a segunda apenas participante. Não que os sócios fundadores hajam de considerar-se os donos da cooperativa, mas na realidade eles a iniciaram e as suas quotas ficam imobilizadas no fundo social, que é o patrimônio do estabelecimento.

Ao lado desse fundo social fixo, o fundo de manutenção e desenvolvimento desempenha o seu papel também importante, ainda que aparentemente secundário. E é importante por duas razões: assegura o progresso da organização e permite que a ela se associem, sem limite de número nem de tempo, os que no decorrer da sua ação venham a interessar-se por ela e a compreender-lhe o alcance. Mas, enquanto o fundo inicial é representado por valores patrimoniais, este outro pode e deve usar-se com objetivo diverso, o de ampliar as operações sociais, pelo que tanto será empregado em materiais e artigos logo a seguir distribuídos, como irá simplesmente garantir disponibilidades necessárias ou previsão para compromissos eventuais. É como se a sociedade recorresse ao crédito para funcionar, com a diferença de que estará livre de agiotagem ou aluguel de dinheiro. A quota do fundo de manutenção, reembolsável, deve vir do beneficiado e na razão direta do benefício, voltando a ele ao fim de certo prazo e renovando-se com outras de origem idêntica. O reembolso

efetuar-se-á de duas maneiras: pelo simples pagamento ou pela utilização dos serviços da sociedade.

Na cooperativa de distribuição, estabelecidos os preços de retirada dos gêneros ou artigos, calcular-se-á sobre estes uma percentagem equivalente, por exemplo, à diferença que houver entre esses preços e os do mercado comum. Associado ou não, o consumidor, ao adquirir tais artigos, deposita, além do pagamento, aquela percentagem, que ao fim de certo prazo, trinta, sessenta dias por exemplo, será devolvida ou descontada em outras aquisições. Nas cooperativas de produção o sistema pode variar, aceitando-se essas quotas de operários ou quaisquer outras pessoas, já que não se poderá contar com o interesse de todos os compradores do produto.

Isto será como um capital flutuante, constantemente renovado, aumentando com o movimento da cooperativa, mantendo-a e fazendo-a desenvolver-se de forma aritmeticamente progressiva.

AS QUOTAS REEMBOLSÁVEIS

Sendo as quotas reembolsáveis um meio de atender ao desenvolvimento da cooperativa, elas não podem entretanto representar promessa nem esperança de interesse, a não ser, para os respectivos contribuintes, o interesse comum de cooperar na função coletiva da sociedade.

O sistema econômico capitalista espalhou, arraigou e explorou costumes e hábitos interesseiros a que muito poucos indivíduos escapam e que temos de combater de todas as maneiras. Não pensem portanto os associados ou beneficiados pelas cooperativas que, solicitando-lhes uma quota de manutenção, reembolsável, a cooperativa esteja a acenar-lhes com uma restituição acrescida de qualquer vantagem, como as que vulgarmente se filiam aos processos de usura e negociação de dinheiro.

Temos, por outro lado, de admitir que, insensivelmente influenciados pelos usos capitalistas, de modo geral os indivíduos esperam qualquer coisa que corresponda à solicitação do seu dinheiro, uma compensação para o tributo, a menos que este assuma desde logo o caráter de sacrifício. Quer dizer que,

promovendo-se uma coleta para acudir a determinados fins, o contribuinte dá a sua parte sem nada esperar, mas quando se trata de adiantamento para entrega posterior de uma coisa, a coisa tem de ser entregue sob pena de descontentamento por logro, burla ou trapaça.

Um exemplo fácil de apresentar: reunidos em grupo, alguns anarquistas fazem um jornal de propaganda de suas ideias. Não há renda de publicidade, não há subsídios de partidos. O jornal é posto à venda, para quem seja ou não seja adepto da ideologia, mas o produto da venda não paga a confecção da folha. O grupo editor, com outros companheiros que vêm cooperar, custeia o jornal por meio de contribuições voluntárias. Cada um dá a sua parte, maior ou menor, e nada mais espera do que ver circular o veículo das suas ideias. O comprador avulso, por sua vez, paga cada número do jornal, e entre ele e os editores não fica existindo mais nenhum laço nem compromisso material. Interrompendo-se a publicação, todos estão quites com as suas obrigações, inteiramente voluntárias e sem gerar direitos de terceiros.

Mas não se dará o mesmo se, acompanhando a comercialização da empresa, o grupo aceita assinaturas, recebendo adiantadamente a sua importância. Porque então fica a obrigação caracterizada de entregar ao assinante o jornal até o termo da assinatura. E temos de pensar que o assinante pode ser adepto ou contrário, nós lhe demos o direito de receber a coisa antecipadamente vendida. Faltando a essa obrigação, seremos passíveis de censura. O procedimento não terá a correção precisa para nos impormos aos companheiros e, sobretudo, aos adversários. Aquele que deu uma contribuição espontânea nada mais pede; o que pagou uma assinatura adquiriu o direito de exigí-la até o fim.

Somos anarquistas, não nos preocupam estas mesquinhas de dinheiro, mas vivemos na sociedade em que este circula e por meio dele circulam os valores materiais, mais do que isso, o pão e as ideias. Resguardemos pois o conceito que nos é necessário, evitando que os contrários, ou mesmo os indiferentes, possam

acusar-nos precisamente das misérias a que o dinheiro obriga os seus escravos capitalistas.

O reembolso das quotas de manutenção da cooperativa também não pode ter o aspecto de certas grandes burlas capitalistas, nas quais se promete devolver multiplicado o dinheiro recebido. Porque isto é impossível e está por demais desmoralizado, ainda que momentos de delírio e ilusão coletiva permitam, às vezes, o enriquecimento de algum espertalhão. O fim de semelhantes logros é conhecido. Começa-se por garantir a devolução em dobro das importâncias entregues ao banqueiro ou financista, para negócios que ele mesmo não explica direito. Os ingênuos e os de boa fé acodem primeiro. Ao cabo de certo tempo, recebem o prometido, sem indagar a razão, sem pensar que milagres são impossíveis e sem querer saber a quem ficou faltando o que lhes é entregue, quando não fizeram licitamente o menor esforço para o merecer. Passam a proclamar a excelência do sistema e a fazer dele propaganda. Outros correm à fonte maravilhosa deixando nela seus haveres. O autor da maroteira recolhe cada vez mais riqueza, mas os seus compromissos são também cada vez maiores, começa a transferi-los e, por fim, rebenta, fugindo com milhões ou deixando-se cair sob as garras da Polícia e as maldições dos prejudicados. Fatos destes têm acontecido: basta procurá-los na crônica policial das cidades ou nos anais da finança internacional.

Ficam aqui estes avisos, para que se saiba que tais processos merecem a nossa inteira repulsa e que, além de combatê-los, queremos com antecedência prevenir contra qualquer semelhança porventura vislumbrada no lançamento das quotas reembolsáveis. Semelhança que só poderia existir para os menos atentos, na apresentação inicial. Porque logo deverá aparecer aos olhos de todos, com bastante clareza, a diferença do sistema que, veja-se bem, não promete mais do que o reembolso da mesma quota, sem acréscimo algum. O fundo de manutenção assim formado e alimentado na cooperativa permite que esta se desenvolva e

espalhe seus benefícios em maior escala. Eis aí a vantagem, para os contribuintes e para todos os que, direta ou indiretamente, são beneficiados com a ação cooperativista.

A quota reembolsável é apenas um empréstimo. E, numa cooperativa sem lucros, só pode admitir-se o empréstimo sem juros.

RESULTADOS EXCEDENTES

Haveremos de mostrar, não só por palavras mas com os fatos evidentes em função da prática de nossos métodos, que Anarquia é ordem natural, ao invés da pecha que ignorantes e mal intencionados costumam atribuir-nos; e nada melhor para prová-lo do que organizar, melhorar, construir, enfim, alguma coisa, mesmo dentro da sociedade capitalista, como antevisão do mundo fraterno e igualitário, altruísta e perfeito, dos sonhadores do ideal. O sonho pode estar dentro de nós, mas em torno de nós há a realidade e nela se movem nossas vidas, nela se animam os nossos gestos e se realizam as nossas obras. A cooperativa sem lucros, digna de ser abraçada pelos anarquistas, parecerá um sonho, e muitos dirão que é impossível. Não esquecemos as suas dificuldades, porque, embora com os olhos nas estrelas, caminhamos com os pés no solo. Tropeçamos, sem dúvida; mas, graças aos tropeços, podemos conhecer a realidade e orientar-nos melhor.

Como realizar a cooperativa sem lucros, evitando ao mesmo tempo a ruína da organização? Eis uma dúvida que logo há de acudir ao espírito comercial dos atuais detentores dos sistemas

de distribuição. De fato, a preocupação do lucro nem sempre significa apenas ambição de enriquecimento do comerciante. Pensa ele, quando previdente, que os azares dos mercados representam uma ameaça constante, com suas oscilações e ciladas especulatórias de outros comerciantes que manobram fornecimentos ou dominam fontes de produção. E por isso vale-se do lucro para constituir reservas econômicas capazes de fazer frente a qualquer crise ou prejuízo eventuais.

Outra dificuldade da cooperativa sem lucros residirá, muitas vezes, em estabelecer o preço justo, o preço de custo ou de aquisição acrescido dos gastos indispensáveis ao funcionamento da cooperativa. E diante dessa dificuldade, corre-se o risco de prejuízos, ou de verificação de lucros contra a nossa vontade e contra os objetivos da cooperativa.

Ora, se temos de evitar e combater o lucro, cabe-nos também zelar pela integridade do fundo social e das quotas dos associados, que não devem ser acrescentadas com dividendos nem diminuídas com prejuízos, considerando-se esta hipótese iníqua e equivalente a um sacrifício desnecessário.

Então, ao determinar os preços de entrega dos produtos ou de distribuição dos gêneros, a cooperativa optará por assegurar uma pequena margem de excesso, a fim de cobrir possíveis erros de cálculo, desgastes ou percimento imprevisto de mercadorias. É como o lucro em função de reserva comercial, a previdência, a segurança do patrimônio comum.

Ao fim de determinado período de operações, essa prática dará um resultado excedente. Quando uma organização mercantil quer fixar determinada taxa de remuneração do capital, chama ao que for além dessa taxa lucros excedentes. Do mesmo modo procederemos em nossas cooperativas. Os resultados econômicos que ultrapassarem a taxa de encargos e funcionamento, serão os resultados excedentes.

A objeção de qualquer contraditor está a surgir, fácil e impertinente como todos os reparos nascidos da incompreensão de

nossos propósitos. Dirá que tanto faz chamar-lhe uma coisa ou outra, afinal são sempre lucros, e aí está a cooperativa caindo no mesmo vício de qualquer organização mercantil.

Mas, assim como a objeção é fácil, também é fácil destruí-la e anular-lhe o intento. Porque, quando preconizamos a cooperativa sem lucros, queremos dizer sem lucros para os seus participantes, sem lucros para o capital ou quotas com que nelas entrarem os seus associados, sem interesse mercantilista, sem egoísmo, sem exploração econômica. Isso não exclui porém a margem necessária ao funcionamento da organização e convenientes reservas. Tal margem tem de ser, é claro, limitada e não poderá alimentar interesses individuais em prejuízo da coletividade. Eis a diferença entre os resultados excedentes da cooperativa sem lucros e o dividendo ou remuneração do capital das congêneres atuais, em que, apesar dos floreios da propaganda suspeita e gerada nos círculos oficiais, anda bem vivo e palpitante o interesse individual, tanto que os seus apologistas não são revolucionários nem pretendem mudar os fundamentos da sociedade burguesa.

A aplicação dos fundos excedentes é que tem de ser o característico defensivo da pureza da nossa organização.

Fiéis ao princípio de que a cooperativa se destina a favorecer o consumidor em geral, combatendo o comércio dos intermediários pela organização própria dos consumidores, faremos convergir todos os seus resultados para o mesmo fim.

Conforme se trate de produção ou distribuição, o que importa, em primeiro lugar, é permitir a todos a aquisição dos artigos por preço mais baixo, eliminando-se toda a manobra especuladora e toda a majoração inútil. Nos depósitos de gêneros, o benefício estende-se, de modo geral, aos consumidores; nas oficinas, há que beneficiar antes, porém sem exageros, os operários nelas empregados, pela melhoria do nível de seus ganhos, já obtida sensivelmente com a ausência do patrão capitalista. A baixa dos preços da produção será orientada convenientemente, em vista do seu destino e objetivando igualmente combater os

preços altos das outras indústrias, a fim de facilitar o acesso aos produtos e melhorar a vida coletiva.

Para isto se calcularão os preços sem procurar lucro; e, quando o encerramento de um período apresentar resultados excedentes, devem ser computados a favor do período seguinte, entrando como receita inicial a diminuir o custo dos artigos, para que estes levem sempre, com seu preço mais baixo, o benefício total aos consumidores.

Chame quem quiser, aos resultados excedentes, lucro da cooperativa; eles nunca serão iguais aos da exploração comercial. Necessários ou inevitáveis como previsão, asseguram, reforçam e não adulteram a função da cooperativa sem lucros.

ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO

A sociedade está constituída por classes e dividida em categorias profissionais econômicas, nas quais os indivíduos, geralmente, se limitam a determinadas atividades e funções. Assim, criou-se a ideia de que um trabalhador braçal não sabe gerir um armazém, o assentador de tijolos não tem competência para traçar um plano de construção, e o tecelão é incapaz de conhecer os segredos mecânicos do seu tear. Em grande parte assim acontece, o que não prova ausência de capacidade de uns para assumir a tarefa de outros. Demonstra apenas acanhado espírito de classe, com fronteiras profissionais aprisionando os indivíduos em círculos nem sempre do seu agrado. Interessa ao industrialismo ter autômatos e não inteligências ao seu serviço. E o preconceito vem de longe, desde quando se sentenciou o sapateiro a não subir além da chinela.

É certo que a determinação e especificação de tarefas tem suas vantagens, no funcionamento dos grandes organismos sociais. Trata-se, em última análise, de ordem e método. Não se pode condenar a ordem nem abandonar o método. Mas nem

por isso havemos de forçar os elementos da coletividade a desempenhar contrafeitos o seu trabalho, e muito menos negar-lhes o direito e a competência para saírem da banca de sapateiro e estudar planos de distribuição, para abandonar a forja e abarcar o âmbito da fábrica.

Da visão estreita, do exclusivismo e da escravidão moderna, se servem os inimigos do trabalhador para convencê-lo de que precisa de guias. Mas entre os próprios trabalhadores há tudo que é preciso para organizar, dirigir e fazer funcionar uma fábrica. Quem o faz atualmente não são os milionários, que gastam todo o seu tempo com outras preocupações.

É bem eloquente o exemplo dos operários japoneses que, discordando dos argumentos do dono da fábrica, resolveram provar-lhe o contrário do que ele alegava para negar-lhes aumento de salário. Ordenaram ao dono que ficasse em casa e puseram-se a trabalhar e a dirigir a fábrica, e do resultado entregaram-lhe suficiente remuneração do capital, obtendo ao mesmo tempo, para si mesmos, um salário superior e aumentando a produção de maneira surpreendente. Isto é possível porque trabalhadores da fábrica não devem ser considerados apenas os operários manuais. Em tal emergência, tratava-se de uma verdadeira comunidade de operários, técnicos, engenheiros e administradores. Assim há de poder o proletariado trabalhar em sociedade anárquica.

A fábrica japonesa, a que acima nos referimos, foi um núcleo de regime social anárquico. Uma cooperativa de produção ou de distribuição será um núcleo de regime social anárquico. Cada tentativa desse gênero há de ser um passo no caminho a trilhar, para nos emanciparmos do domínio dos ociosos usurpadores da riqueza comum, que constituem o regime estado-capitalista.

As cooperativas necessitam de um sistema de administração e funcionamento que, para coexistir com as organizações mercantis atuais, deverá adotar muito do que nestas constitui a base das transações características do comércio. E por isso a cooperativa não dispensa planos e estudos técnicos, nem especialistas em

administração, nem engenheiros, nem um mínimo da burocracia que, por força da complexidade das relações econômicas, se estendeu das repartições estatais à vida comercial.

Eis porque, sem esquecer o objetivo primordial da cooperativa, que é o das relações autônomas entre consumidores e o aniquilamento progressivo dos intermediários, temos de encarar o aspecto desses estabelecimentos sem lhes estranhar a semelhança aparente com as empresas capitalistas.

A cooperativa exige instalações apropriadas, mais ou menos amplas, e pessoal especializado de acordo com o gênero de atividade que se proponha desenvolver. É claro que o seu funcionamento requer meios adequados, origina despesas que não são apenas as do custo dos produtos a distribuir ou a fabricar. Têm as cooperativas sua gerência, escritório, contabilidade, estatística, engenharia; tratando-se de centros de distribuição, há de haver pessoal ao serviço dessa mesma distribuição; os armazéns precisam de encarregados, de um sistema de entregas severamente restrito para que não se verifiquem as atividades inúteis que anulam o esforço de tantos indivíduos, fazendo deles um peso morto, com a agravante de que, ao invés dos milionários ociosos, extenuam-se numa atividade física à qual não corresponde nenhum benefício de produção.

O fundo de manutenção da cooperativa não vai cobrir esses gastos de administração e funcionamento, visto que é destinado a assegurar o desenvolvimento das operações sociais, mas sem se extinguir. As quotas reembolsáveis, para voltarem aos contribuintes, sem aumento mas também sem diminuição, não podem aplicar-se em despesas administrativas. E assim, para estas, forçoso será contar-se com outra receita, realizável por meio de uma taxa aplicada sobre o preço dos produtos a distribuir.

O rigor do combate ao lucro exige que se faça a entrega dos produtos sem lucro. Por outro lado, não é possível entregá-los pelo preço de aquisição. A diferença entre os preços de custo e de venda é justificada, no comércio comum, com as despesas de

pessoal, impostos e os demais encargos de um estabelecimento; mas presta-se ao exagero e encobre lucros desmedidos de uma exploração calamitosa. A nossa cooperativa pode e deve desmascarar tal exploração, pondo em evidência os preços de custo e adicionando-lhes apenas, para as despesas de administração e funcionamento, uma taxa criteriosamente estabelecida, variando conforme os encargos da sociedade. Uma contribuição dos beneficiados, proporcional ao benefício.

Pormenores são estes que a realidade nos obriga a estudar, e que não excluem o reajustamento periódico dos preços ou taxas, a fim de que o saldo, a verificar-se, seja invertido, no período seguinte, em diminuição dos mesmos preços ou taxas. É o princípio de uma nova organização econômica em luta contra o comércio intermediário. Um meio eficaz de combate à exploração desumana e anti-social do Estado e do Capitalismo.

OS PREÇOS NA COOPERATIVA

Tratando do funcionamento da cooperativa, cujo papel será o de distribuir produção própria ou gêneros adquiridos mediante a troca pelo padrão moeda, chegamos infalivelmente ao ponto em que é necessário cogitar dos preços de tais gêneros que são objeto das transações entre a cooperativa e os seus beneficiados. O preço, em regime capitalista, é o resultante de fatores por vezes os mais diversos. Entra em conta o custo da matéria-prima, a quota de salário, uma determinada taxa destinada a todos os gastos do estabelecimento e impostos, e entra finalmente a taxa de lucro, essa taxa que é o tributo pago ao capital e que só pode ter limites na ambição do capitalista ou nas barreiras da concorrência.

É precisamente a concorrência, ou a falta de concorrência, que geralmente mais influi nos preços, já que o custo real dos artigos ou o seu valor como utilidade pouco importa aos propósitos de ganho de industriais ou comerciantes. Ora, na cooperativa sem lucros outros haverão de ser os fatores determinantes do preço a pagar pelo consumidor.

Os cálculos, matemáticos ou arbitrários, para estabelecimento de preços, constituem, não o contestamos, ociosa preocupação que uma distribuição livre e um livre acesso aos produtos dispensa, em regime anarquista. Fazemos esta ressalva para acentuar, mais uma vez, que nos encontramos na hipótese de uma atividade desenvolvida dentro do sistema de trocas que tem a moeda por veículo, embora com objetivos de emancipação econômica igualitária e preparação social anárquica.

De resto, não é apenas o sistema libertário que dispensa os preços. Se o valor do artigo está em relação com a sua utilidade, o essencial é adquirir aquilo que se necessita, sem olhar ao valor do que se dispensa para dar em troca. A comunidade tem uma quantidade de metal precioso que extraiu da terra na sua região, e precisa de uma quantidade de trigo para o pão que consome. O trigo que não tem vale todo o ouro de que não precisa. Este critério deixa de ser exclusividade de anarquistas, se nos lembrarmos da prática de povos primitivos, que algum dia uma câmara cinematográfica registrou e nos reproduziu na tela do cinema, ante o espanto de muitos cérebros cheios de ciência e civilização. Lá para as lonjuras do Alasca ou do Polo Ártico, há homens que vivem da caça e só conhecem as necessidades mais rudimentares. Vão até eles os civilizados buscar peles, e levam coisas para trocar, porque dinheiro ali nada vale. Num dos postos de permuta, um esquimó procurava o que mais lhe conviesse para trocar pelas suas peles curtidas de animais polares. Apanhou um disco de gramofone, mirou e remirou aquela coisa desconhecida, e levou-o aos dentes para trincar. Não era de comer. Rejeitou-o.

Dentro da atual economia capitalista, com a sua teoria do custo, o disco de gramofone vale mais do que um biscoito. Mas o esquimó teria dado as peles por uns biscoitos, e não as deu pelo disco.

O anarquismo não quer fazer-nos regredir à mentalidade dos esquimós. Organizaremos uma sociedade em bases econômico-científicas, pelo que as utilidades terão o valor das necessidades

e os artigos ou produtos servirão como parcela de cooperação de uma comunidade com as outras. Mas essa mesma cooperação, praticada ainda na sociedade capitalista por meio da associação de consumidores ou produtores, com o fim de aproveitamento integral dos valores econômicos sem alimentar intermediários ociosos, tem de ser feita à base de preços estudados, de cálculos econômicos que a cooperativa adotará como norma de seu funcionamento.

Assim, deixemos de parte quaisquer rodeios e digamos claramente que a cooperativa tem de comprar por um preço e vender por outro. O contrário seria inevitavelmente a ruína imediata da organização. O que se tem de fixar é uma norma racional para tais preços.

Já ficou explicado que o fundo social será o capital de instalação da cooperativa, o seu patrimônio fixo ou permanente; que as quotas reembolsáveis constituem uma espécie de capital flutuante, destinado a incrementar as operações sociais; e que um e outro não podem, portanto, ser consumidos nas despesas de funcionamento. Estas despesas de funcionamento, despesas administrativas, têm de ser cobertas com uma taxa aplicada sobre o preço de custo dos artigos.

Esboçemos pois o critério de *fixação dos preços*. Em primeiro lugar, determina-se um período de vigência dos cálculos aplicados, segundo as condições do comércio local e o volume previsto das operações normais da cooperativa. Do preço de custo ao preço corrente vai uma diferença que se dividirá em *taxa de administração* e *quota de manutenção*. A *taxa de administração* é a percentagem julgada necessária para as despesas de funcionamento da sociedade. A *quota de manutenção* é a quota reembolsável, que o consumidor deixa em poder da sociedade ao adquirir o produto, e que lhe será devolvida dentro de determinado prazo.

Haverá pois um *preço de custo*, um *preço de entrega* e um *preço corrente*. O *preço de entrega* é o preço de custo mais a taxa de administração. O *preço corrente* é o preço de entrega mais a

quota de manutenção. Ao *preço de custo*, rigorosamente exato, adiciona-se a taxa de administração, calculada para o mínimo possível. O *preço de entrega* resultante será inferior ao preço corrente no mercado comum. A diferença entre o preço de entrega, o verdadeiro preço da cooperativa, e o preço corrente no mercado comum, constitui o benefício do consumidor e será por este entregue à sociedade, mediante recibo no ato da aquisição do artigo, como quota de manutenção reembolsável nos termos que já expusemos, constituindo o fundo ou capital secundário, flutuante.

Desta forma, o consumidor desembolsa realmente o preço corrente do mercado comum, mas vem a reaver mais tarde a diferença a seu favor. E ao fim de cada período, o resultado excedente será levado em conta para reduzir a taxa de administração no período seguinte, e por consequência o preço de entrega, tomando portanto maior o benefício da quota reembolsável. Esta será porém reduzida ou extinta, logo que o permita a situação da cooperativa, a fim de que o preço de entrega possa ter a necessária influência no mercado e no combate aos preços do comércio particular, ampliando os benefícios da cooperativa indiretamente a todos os consumidores.

O COMÉRCIO, REFÚGIO DE INCAPAZES

Seria injusto negar inteligência ou atividade aos indivíduos que se dedicam ao comércio, essa função parasitária que absorve tão grande percentagem de energias do organismo coletivo. De fato, o comerciante há de ter, pelo menos, habilidade para insinuar-se na venda da mercadoria, convencendo ou conquistando o freguês; exige-se dele também uma certa dose de discernimento, cálculo e conhecimento de preços, a fim de ganhar o mais possível. Tudo isso é inteligência, mas não precisa de ser inteligência muito aguda ou profunda. Quanto a atividade, trabalhar, no sentido de movimentar-se, quer seja entregando, acondicionando, ou arrumando os artigos do seu comércio, o mercador trabalha, realmente, como diz quando quer justificar avaramente os lucros obtidos pela operação de comprar e vender.

Nós temos porém uma ideia diferente do que seja trabalho. A atividade do indivíduo deve ser produtiva, isto é, deve constituir uma ação necessária, da qual resultem benefícios para a coletividade. Trabalho é o do operário que constrói, do artífice que fabrica, do agricultor que cultiva. Trabalho é o do engenheiro

que edifica, do professor que ensina, do sábio que investiga. Trabalho é o do artista que cria, do escritor que educa, do jornalista que informa. Trabalho não é a faina diária, ainda que fatigante, do vendeiro atrás do balcão, do especulador da bolsa, do intermediário de negócios.

Para montar uma loja de bugangas, uma tenda de merceiro ou uma taberna, não se exigem qualidades morais, intelectualidade ou capacidade física. Basta saber que tal artigo custou tanto e deve ser vendido por mais tanto. No fim do ano, nem sequer há necessidade de balanço feito por técnicos de contabilidade; o que sobrar no cofre é lucro.

A parte inteligente do excessivo número de homens que se dedicam ao comércio não salva a classe. Esta vem a ser sempre, além de tudo o mais, um refúgio de incapazes. Que o diga principalmente quem observa os centros urbanos de países de imigração. O elemento humano que aí chega vem geralmente com a preocupação de encontrar um meio de melhorar as suas próprias condições econômicas. Se encarreira para a indústria, para as profissões manuais, para a agricultura, enriquece o país novo e contribui para o seu progresso. Mas não faz fortuna.

Para fazer fortuna, entre os muitos processos do sistema capitalista, é necessário especular, ou lançar-se em grandes empresas, ou ter qualidades excepcionais de iniciativa e rasgo pessoal. O imigrante rude, sem instrução e sem conhecimentos técnicos, destina-se ao trabalho braçal, escassamente remunerado. Há tentações que lhe acenam com outros meios de fazer dinheiro. Não são meios desonestos, no conceito burguês. A honestidade é sempre relativa e condicional. Por exemplo, o negociante que vende atrás do balcão, pagando licenças e impostos, por mais que roube no preço e no peso, é um comerciante honesto; aquele porém que, sem capital para se estabelecer, tenta vender um punhado de coisas na esquina da rua, ainda que as venda mais barato, se não tem licença, faz concorrência desleal, é portanto desonesto e a Polícia persegue-o, tira-lhe a mercadoria sem a

menor cerimônia e acaba metendo-o na cadeia, se for preciso. Ora, diz-se que a cadeia é para os ladrões. Aí está um uso esquisito que dela fazem.

As tentações levam o imigrante incapaz de “vencer na vida”, como dizem, por meios produtivos, a meter-se nos negócios que acabam tomando vulto e, por fim, lhe dão fortuna. Ainda que seja a roubalheira descarada da féria dos trabalhadores nos gêneros de primeira necessidade. Ainda que seja a sórdida exploração dos copinhos de cachaça em tendas de arrabalde. Ainda que seja a traficância das “casas de cômodos”, à custa das necessidades de habitação de uma população sem conforto e sem amparo.

Quem não souber fazer mais nada saberá sempre comerciar. É a esperteza saloia de viver à custa do suor alheio. Um parasitismo que envergonha a sociedade. Um parasitismo que tem de acabar. Que há de acabar, mudando-se o sistema de distribuição.

RAMOS DE ATIVIDADE

O cooperativismo é um sistema econômico que se aplicará, para sua inteira eficiência, a qualquer espécie de relações econômicas na sociedade. Tendo o objetivo de alterar o sistema de trocas, se não ainda quanto ao uso da moeda como veículo, pelo menos na eliminação imediata do intermediário especulador e na abolição do lucro individual, a cooperativa só alcançará plenamente os efeitos desejados quando se estender a todos os meios de contato entre produtores e consumidores; isso não impede que os efeitos parciais tenham também valor apreciável, e tanto mais quanto mais se estenderem na sociedade, através dos mais numerosos ramos de atividade.

Eis porque a cooperativa anarquista, a cooperativa sem lucros, não pode limitar-se nem aos moldes das cooperativas oficialmente recomendadas e obedientemente registradas ao abrigo da lei, nem à função que predomina em tais organizações da atualidade. Essas sociedades são quase sempre constituídas por consumidores, em centros urbanos, ou produtores, nas regiões rurais. O que se conhece, de fato, são cooperativas de consumo

e cooperativas agrícolas. Se outras ensaiam o mesmo tipo de relações econômicas, dedicadas a gêneros diferentes, cremos que passa despercebida a sua existência, salvo uma certa classe de cooperativas escolares, que não passam igualmente de cooperativas de consumo, entre alunos dos respectivos estabelecimentos e fiscalizadas pelas autoridades do ensino.

O caso das cooperativas escolares sugere, por sinal, considerações de ordem educativa, pois aí se encontra o germe de um espírito econômico que pode ser nocivo à pureza dos intuitos de cooperação no sentido social da eliminação do lucro. O que se ensina aos escolares, com a prática de suas experiências cooperativistas, não é nada recomendável, se os inicia nos cálculos interesseiros da percentagem de lucro e na partilha dos resultados financeiros. A tarefa dos jovens nas escolas não é essa, é a de instruir-se para o trabalho e para a vida social. Os assuntos econômicos não podem ser estranhos aos programas escolares, mas a prática das relações econômicas ou financeiras cabe aos adultos. Será prematuro ir, nas escolas, além do estudo e das experiências a ele necessárias. Cultivar o egoísmo — o lucro nas cooperativas escolares não tem outro caráter — é perigoso e desaconselhável. A escola arrisca-se com isso a tornar-se imoral; a formar usurários na idade em que o idealista precisa forrar de generosidade o coração.

Temos de fazer da cooperativa um instrumento livre, um processo amplo de relações entre os indivíduos de todas as camadas profissionais. Sem deixar de observar o mesmo sistema de organização e funcionamento, destinado a facilitar o acesso aos produtos e a aliviar o seu preço da parte que, pelos caminhos do comércio, vai tocando a toda a sorte de intermediários inúteis, a atividade da cooperativa não pode obedecer a normas rígidas, únicas, inalteráveis. Ela tem de assimilar as diversas condições de lugar, os variados meios de comunicação, toda uma série de circunstâncias criadas pela natureza mesmo do seu papel econômico e social.

A cooperativa de consumo, formada por empregados de uma empresa, por mais numerosos que eles sejam, restringe o espírito cooperativista e cerca a organização de uma espécie de barreira nada recomendável, quando a solidariedade e a ajuda mútua não podem florescer entre paredes; eis porque um cooperativismo assim orientado, sob regulamentos governamentais, é suspeito e a ele deve opor-se um movimento mais amplo, abrindo as portas dos armazéns cooperativistas a todos os consumidores que se agrupem apenas como consumidores, e não como empregados de determinadas empresas ou serviços públicos.

O ramo de atividade que tem de ser constituído pela cooperativa de consumo congregará antes, com justificada preferência, os indivíduos ou famílias de um bairro, de um município, de um lugar; não vemos aí diferença entre o trabalhador manual e o intelectual, entre o operário da fábrica e o empregado de transportes, e até mesmo, na atual sociedade, entre a família proletária e a família burguesa. Todos são apenas consumidores, quando adquirem os artigos necessários à sua economia doméstica. Todos estão sujeitos às mesmas vicissitudes, apenas com a diferença de que uns dispõem de mais, outros de menos recursos monetários. E não se pode ignorar que precisamente os de mais recursos são os mais explorados. Nem se pode negar que a exploração destes tem o mesmo tom de escandalosa injustiça.

As atividades de uma cooperativa de consumo são pois idênticas, em qualquer meio que se exerçam. O papel de distribuição dos produtos caberá a esse ramo cooperativista, em que os armazéns e depósitos, diversos na forma pela natureza dos artigos a distribuir, serão organizados com a mesma fórmula administrativa e o mesmo fundo econômico.

No cooperativismo industrial, posto em prática pelos operários de cada especialidade, outros processos de execução se tornam necessários. Esse campo desdobra-se em muitos ramos de atividade, porque, se o consumidor em todas as classes é sempre e só consumidor, o produtor não pode desligar-se das

peculiaridades da sua profissão, dos aspectos e condições que tornam cada indústria diferente e sujeita aos mais variados processos de funcionamento.

Assim, os alfaiates ou os sapateiros manuais, trabalhando individualmente, em seus domicílios ou oficinas reduzidas, podem agrupar-se por meio de uma associação profissional e fornecer a sua produção em conjunto às cooperativas de consumo; os operários de uma grande fábrica de calçado ou chapelaria já não teriam a mesma facilidade, mas saindo da fábrica, organização capitalista, ser-lhes-ia possível com um fundo social cooperativista estabelecer uma cooperativa independente, na qual uma parte das importâncias obtidas com o fornecimento da sua produção faria, por sua vez, o lugar da quota de manutenção. Do mesmo modo os carpinteiros constituiriam cooperativas para fornecer o seu trabalho à indústria de construção civil, e os operários da construção civil, com meios proporcionados por sistema de financiamento adequado, podem construir casas de residência não cativas da exploração imobiliária.

Os ramos de atividade da cooperativa multiplicam-se em todos os sentidos. E não se esqueça que, nos poucos exemplos aqui apontados, como em toda a extensão do cooperativismo sem lucros, há de ser também preocupação e objetivo da cooperativa de produção entregar seus produtos a preço mais baixo, diretamente ao consumidor ou às cooperativas distribuidoras, dispensando o comércio e combatendo os preços que alimentam o lucro mercantil.

COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO

Talvez porque sua organização ofereça maiores dificuldades técnicas, as *cooperativas de produção* não lograram, até agora, aceitação igual às de outra espécie, no seio do proletariado. Até os operários com afinidades profissionais, ao invés de buscarem na cooperativa a sua emancipação como trabalhadores, mais depressa se inclinam a fazê-lo como consumidores. O fato verifica-se desde os primeiros tempos do cooperativismo, e não se pode negar que, além da circunstância supostamente denunciadora de incapacidade técnica para entrar no terreno da organização industrial, os trabalhadores hão de ter sido atraídos pela cooperativa distribuidora, devido a uma tentação de lucro e comodismo. Realmente, o armazém distribuidor exige menos cuidados, ficando os associados, em quase sua totalidade, despreocupados das coisas administrativas.

Está fora de dúvida a vantajosa influência desse sistema nos preços e na defesa do consumidor contra o comércio intermediário. Mas se quisermos encarar o futuro como um vasto campo aberto à independência do homem, se quisermos afirmar e

sustentar em todos os terrenos a capacidade do trabalhador, se quisermos proclamar o valor dos que tudo produzem e o seu direito ao produto integral do trabalho incorporado à riqueza da coletividade, logo teremos diante dos olhos a relevância das cooperativas de produção. É este o meio eficaz de atingir pelo menos dois objetivos imediatos: primeiro, o de eliminar o padrão, geralmente enriquecido com o que subtrai aos salários e aumenta aos preços; segundo, o de mostrar que em qualquer setor proletário há recursos profissionais, técnicos e econômicos, para uma organização própria das indústrias em que o operário representa o elemento básico.

Quando dizemos que o mundo deve ser dos trabalhadores, não pretendemos, evidentemente, atribuir todos os direitos, com exclusividade, aos trabalhadores de hoje, privando dos bens sociais os que atualmente não trabalham. Da comunidade futura, livre e igualitária, não se excluirá ninguém; apenas todos deverão de ser trabalhadores, cada qual como souber ou puder. Deste modo, a sociedade anarquista contará com o trabalhador manual e o intelectual; com o técnico e o educador; com o administrador e o artista; com o artífice e o engenheiro; com o médico e o matemático; com o sábio e o mecânico; com o cientista e o inventor. Todos esses elementos, tantos deles atualmente divorciados do interesse coletivo ou agindo contra ele, estarão a serviço da sociedade, tanto por força do seu dever social, como por necessidade da sua própria subsistência.

Mas o problema imediato das cooperativas de produção não se resolve com a teoria futura. Eis a oportunidade magnífica de demonstrar, na prática, a capacidade do proletariado para gerir os seus interesses. Que se lhe juntem os técnicos, se assim o entenderem, se tiverem a intuição de quanto representa para o progresso a sua aliança com o braço produtor, quando este braço procura agitar-se livremente e construir o seu mundo novo. Mas que este mundo novo não fique indefinidamente nas regiões do sonho, confessando-se covardemente uma impotência fantástica

ou um complexo de inferioridade em quem dispõe de todas as forças materiais para erguer os edifícios da sua cidade livre.

As cooperativas de produção oferecem-nos um campo viável, e a sua praticabilidade apenas terá de adaptar-se a fatores especiais, de acordo com a natureza da produção ou com a qualidade profissional dos seus componentes. Observa-se entretanto que mais facilmente se poderão criar e desenvolver nas pequenas indústrias, aquelas que não exigem instalações de elevado porte e podem, pois, prescindir de grandes capitais.

É necessário também contar com a hostilidade, com a guerra daqueles que podem sentir-se ameaçados pelo novo sistema de produção. Se com isso pretendemos abrir luta contra sistemas de exploração do trabalhador, logicamente encontraremos luta. A nossa força reside em fatores diversos dos que amparam o domínio capitalista nas indústrias. Temos de empregar tais fatores taticamente, aproveitando-os com inteligência, a fim de não malbaratar e arruinar o fruto de nosso trabalho renovador.

Assim, o idealismo há de ser um dos esteios, o maior esteio, das cooperativas sem lucros. Esse idealismo não dispensa o trato com a realidade, a prática dos métodos administrativos, o cálculo de probabilidades e a prova de competência para a organização e direção das atividades cooperativistas dentro do prisma econômico da sua autonomia, desenvolvimento e concorrência.

O cooperativismo registra tentativas e usos, estes nem sempre intencionais, no terreno industrial e agrário, e ainda em outras atividades, como a imprensa periódica. Conhecemos o costume de pequenos agricultores de certas zonas rurais francesas, onde a propriedade é mais dividida e não há recursos individuais para aquisição das máquinas modernas de maior custo. Assim, por exemplo, na época das colheitas a que assistimos há muitos anos, via-se uma grande debulhadora, com sua motriz a vapor, trabalhando ora num campo, ora noutro, onde das medas de trigo ia saindo rapidamente o grão para os celeiros. Essa debulhadora,

que um só não poderia adquirir, era propriedade dos lavradores da aldeia, que a utilizavam alternadamente, numa sociedade que oferecia os aspectos característicos do cooperativismo rural. Acreditamos que não fosse intencional, que representasse apenas a defesa econômica e individualista dos pequenos lavradores; mas também é certo que há nisto muito de aproveitável e significativo, porventura um sinal de tendência para o cooperativismo.

A divisão da propriedade é outro entrave à lavoura mecânica em larga escala. Se os agricultores, além de unir os recursos econômicos para comprar uma máquina debulhadora, unissem suas propriedades para formar grandes fazendas em que a aplicação dos métodos modernos servisse ao maior desenvolvimento da produção, teríamos a cooperativa agrária ou comuna rural na sua plenitude.

Também se tem observado, mesmo no Brasil, o lançamento de órgãos da imprensa por grupos de jornalistas que se assemelham a cooperativas. Mas no correr do tempo degeneram em sociedades anônimas, com a predominância de determinados acionistas, e transformam-se em simples empresas de interesse mercantil.

Em todos estes casos falta o idealismo cooperativista, aquele que deve alimentar-se da renúncia ao egoísmo e da vontade de progresso comum, estendendo os benefícios da cooperação a todos os componentes da coletividade, por meios diretos ou indiretos, sem olhar a que sejam hoje pobres ou ricos. Mas não importa. O essencial é combater a exploração do homem pelo homem, facilitar a todos o acesso às riquezas naturais, destruir os privilégios econômicos e tornar comum o produto do trabalho. E dividir um privilégio é começar a destruí-lo.

COOPERATIVAS DE CONSUMO

Se as cooperativas de produção têm o mérito de dar aos operários a possibilidade de “trabalhar por sua conta”, livres da exploração patronal, as de consumo recomendam-se pelo seu aspecto de universalidade. Não se limitam a determinadas classes, ou, antes, servem de defesa a uma classe mais ampla, sem limites, a classe dos que consomem seja o que for.

Não queiramos sustentar que, dentro do regime capitalista, somente os indivíduos de poucos recursos relutam em pagar preços extorsivos. A prática nos mostra até, muitas vezes, maior resistência e protestos mais ásperos da parte de quem vive com orçamentos folgados. Porque mesmo os de orçamentos folgados, ainda que vivam de especulações, como industriais ou comerciantes, quando compram são simplesmente consumidores e sentem então a tirania e o roubo dos preços, sendo certo que nem o ladrão quer ser roubado.

Há assim uma grande identidade de interesses entre os consumidores pobres e ricos, o que torna comum o seu desejo de defesa econômica. As cooperativas de distribuição podem

reuni-los, e nisso reside, para nós, o caráter porventura mais útil da sua organização, no sentido da canalização de influências para a igualdade social.

É claro que a sociedade anárquica não visa estabelecer uma forma de vida rígida, inalterável, na qual todos sejam obrigados a pensar e agir do mesmo modo.

Isso seria uma rotunda negação da liberdade, quando o indivíduo, primeiro, e os grupos de indivíduos, depois, criados segundo afinidades espontâneas de sentimentos e ideais, é que deverão traçar suas normas de viver e segui-las com o devido respeito às dos demais indivíduos ou grupos. Mas acima de tudo é indispensável que exista o ideal superior de solidariedade, aquele sentimento capaz de tomar todos os homens amigos, igualando-os no desejo de mutuamente se ajudarem através da ação coletiva.

Assim se verifica a conveniência de cultivar, desde já, o interesse comum entre os indivíduos, aproximando-os a despeito das classes diferentes em que se encontrem por força da sua posição social ou econômica.

Não é a luta de classes que se deve perpetuar, embora na sua prática esteja o fator de êxito de muitas aspirações proletárias. Porque no correr do tempo essa luta impediria o preparo psicológico das camadas essenciais da sociedade, com a continuidade de um estado de espírito contrário à fraternidade e livre entendimento. Há positivamente duas alternativas na luta social: levar tudo a ferro e fogo ou aproximar os homens pela doutrina pacifista. Para condenar a primeira, basta o nosso próprio aforismo diante das perseguições que sofremos. Com elas justificamos a revolta, dizendo que a violência gera a violência. A nossa violência, por mais justa que se apresentasse, iria por sua vez gerar outra contrária, e nesse andar a violência acabaria, sem dúvida, quando o mais forte vencesse e não pudesse encontrar mais resistência, mas tal vitória nada teria de belo ou sublime, fosse de quem fosse, a não ser que desaparecesse de nossos corações toda

a bondade e neles se implantasse o gozo pela destruição, o domínio da ruindade e a glória do crime.

Os métodos pacíficos são, pois, os que melhor correspondem à índole fraterna e à essência de nossos ideais. Não só os métodos pacíficos de propaganda e ação, mas ainda todos os meios capazes de realçar entre os indivíduos aquela identidade de interesses que, independente das ideias, pode irmaná-los e conduzi-los por fim a uma obra comum.

E não se diga que isso constitui a desprezível colaboração de classes. Quando se preconiza a luta de classes, a vigilância dos trabalhadores sobre os seus algozes e a reivindicação direta dos direitos do trabalho contra os detentores privilegiados do seu produto, isto quer dizer que nenhuma transigência é admissível onde tal direito reponta, integral, da própria condição do produtor. E então a colaboração tem o significado de uma transigência que só se admite da parte supostamente mais fraca, da parte economicamente inferior porque não tem ao seu alcance imediato a força de resistência material assegurada ao adversário pelo dinheiro, pela Polícia, pelos tribunais, pelo Estado, enfim.

É colaboração útil aquela em que não há transigências, mas apenas uma junção de esforços no sentido da defesa econômica contra sistemas viciosos de exploração comercial.

O militar é, funcionalmente, inimigo do proletário, e quando enverga sua farda e representa o Estado e o capitalismo, defende o regime da iniquidade e assegura aos donos da propriedade o gozo da extorsão. Mas existe, paralelamente, tanto em relação ao militar como a outras classes parasitárias, uma condição a que não escapam e que as toma também vítimas da mesma extorsão assegurada e exercida por elas: é a condição de consumidores, na vida econômica vulgar. A família do militar ou do industrial, sem considerar a origem de seus folgados recursos monetários, não deixa de sentir a reação natural dos explorados quando se encontra em face do balcão e tem de pagar por alto preço o indispensável à sua subsistência. Afinal, são simples mortais

como nós, debatendo-se na ginástica das cifras domésticas e dos orçamentos caseiros. Orçamentos mais largos, sem dúvida, permitindo confortos desconhecidos da massa trabalhadora, mas sempre limitados, sempre geradores da preocupação dos fins de mês. Quem negará que lhes sorria a possibilidade de defender-se também contra os preços altos? Quem dirá que não lhes interessa o nosso cooperativismo?

Eis porque a cooperativa de consumo ou distribuição tem um papel duplamente ativo no preparo da sociedade futura. Elimina o intermediário no comércio improdutivo e aproxima os consumidores de diversas classes, num movimento comum de defesa econômica, que por sua vez lhes há de inspirar outras formas de cooperação social. Isto se conseguirá tendo em vista, dentro das cooperativas de consumo, apenas a qualidade de consumidor dos seus componentes e estendendo, natural e espontaneamente, a influência da cooperativa a todos os demais consumidores. Essa influência será tanto maior, quanto mais o movimento se alargar e os preços baixarem pela eliminação do lucro. Sentindo o efeito econômico do sistema cooperativo, famílias de todos os níveis sociais hão de reconhecer-lhe o valor e virão reforçá-lo com a sua adesão. Não importa que sejam famílias proletárias ou burguesas, de militares ou funcionários públicos; importa que tenham o mesmo interesse em fugir à exploração, que nos ajudem a organizar o nosso sistema próprio de distribuição de utilidades, que se integrem na mesma campanha econômica contra os especuladores, contra os intermediários inúteis, contra a proliferação dos mercadores e a multiplicação estéril dos preços.

O cooperativismo é, pois, um sistema econômico-social de função altamente educativa, e como tal merece maior atenção dos anarquistas, que não o sejam apenas de modo passivamente platônico ou furiosamente arrasador. A ação das cooperativas sem lucros, no terreno industrial ou nas redes distribuidoras dos produtos, leva à emancipação do trabalhador e ao fim do

parasitismo comercial; faz converter maior número de braços às tarefas produtivas e semeia o espírito de ajuda, a união e o entendimento comum. Na sua prática, isenta de egoísmos, pode alimentar-se largamente o ideal anarquista e exercitar-se com progressivo êxito mais de um preceito da sociedade livre.

COOPERATIVISMO LIVRE

Toda a ação do indivíduo deve ser livre, dirigindo-se naturalmente no sentido de uma aproximação coletiva que não seja ditada senão pelo interesse social do indivíduo dentro do seu grupo. Sendo o interesse do indivíduo cooperar com os que lhe estão perto, numa junção de esforços que evite o isolamento e não deixe estiolarem-se os componentes da sociedade, é lógica a associação livre. Assim tem de ser também o cooperativismo, sob pena de sofrer torturas e aleijões e deformar-se ao sabor dos seus inimigos. Inimigos do cooperativismo consideramos nós os que, fazendo dele propaganda suspeita, o sujeitam a formalismos burocráticos e regras mercantilistas. Não podemos crer que se alcance a solução econômica dos problemas do povo sob o domínio do Estado, mesmo em sindicatos ou cooperativas ajustadas a preceitos respeitadores da chamada “ordem constituída”. Comédia tem de ser e mais nada, dispersão e engodo para as classes exploradas.

No entanto, os defeitos da instituição do comércio estão a gritar em demasia sua escandalosa e feia influência. Comércio e

fisco, preços e tabelamento, mercado negro e miséria dos produtores, rebentam a cada passo em conflitos dos quais só resulta uma vítima: o povo. Veja-se que até o Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, procurando fulminar o tabelamento oficial de preços, nos conta esta curiosa história de tomates:

“A própria evidência da ineficácia e perniciosidade dos órgãos controladores dos preços impressiona as autoridades. Se é sobre o comerciante que recai a maldição do mecanismo policial e também as acusações dos demagogos de toda a ordem, é entretanto o produtor que pode melhor documentar a insensatez dessa política. Ele mostra esta coisa tremenda para a economia nacional: não pode produzir mais, melhor e mais barato, porque sua lavoura ou indústria está sufocada pela compressão. Aqui está um plantador de tomates. Comprou uma terra no Estado do Rio, organizou uma lavoura de tomates de tipo especial, teve boa colheita. E então pega de um lápis e faz algumas contas.

1.000 pés de tomates dão, em média, 60 caixas de 25 quilos. Em cada mil pés ele gasta pelo menos 5 cruzeiros de adubo e mão de obra. Gasta com as caixas (custo e frete das caixas vazias, pregos, frete das caixas cheias) um mínimo de 1.200 cruzeiros. Vende no mercado essas 60 caixas por 3.600 cruzeiros. Menos os 10 por cento do banqueiro do Mercado, são 3.240 cruzeiros. Menos aqueles 1.200 de despesa, são 2.040 cruzeiros. Menos a parte do meeiro, são 1.020 cruzeiros. Aqui está no que deu a sua safra de 1.000 pés de tomates: o que lhe sobra é para cobrir o empate de capital e outros riscos da produção.

Resultado: como o homem do Mercado não lhe pode comprar por mais, porque tem de vender pelo preço da tabela (3 cruzeiros), o produtor não pode desenvolver sua produção. Esta naturalmente estanca ou diminui, enquanto a população cresce. O mercado negro floresce. E mesmo que mil comerciantes sejam presos e arruinados, tudo pode acontecer, menos o barateamento do custo da vida. Menos a fatura de tomates...”

Eis como um expoente do sistema comercial pinta a situação. Para lhe dar remédio? Não, nem precisa. Falar de comerciantes arruinados é figura de retórica que não impressiona, quando os vemos enriquecer e os pobres definharem. O que pretendem é simplesmente... a liberdade dos preços! Diz essa história que o homem do Mercado vende os tomates a 3 cruzeiros o quilo. Ainda que assim fosse e não existisse o “mercado negro” que eles mesmo confessam, ganharia 60 centavos em quilo. Acham pouco. Estão no seu direito. Mas que benefício traz à coletividade esse tributo pago à ociosidade, ao “atravessamento”, à interferência de um comércio que não produz, a não ser a maravilha de roubar consumidor e produtor?

Uma cooperativa agrícola resolve o problema, se não ficar sujeita aos mesmos parasitas da distribuição. Mas o que é preciso sobretudo é que as cooperativas sejam livres, não sofram constrangimentos de qualquer espécie. Nem mesmo a dos tabelamentos, sobejamente desnecessários em vista dos seus próprios fins antilucrativos.

Constrangimento são também as normas que o Estado quer impor à organização de cooperativas, fingindo-se incentivador delas para melhor as fazer à imagem e semelhança das instituições que lhes têm de ser adversas. A propaganda do cooperativismo deve ser tarefa nossa, não daqueles a quem o cooperativismo há de destruir. O Estado vive de tributos, não pode matar o comércio que lhe dá ou encaminha esses tributos. A cooperativa, em grande ou pequena escala, combatendo o comércio, tende a prejudicar os tributos e consequentemente as rendas do Estado. A cooperativa há de ser feita e desenvolvida por nós, livre de todas as peias ou regulamentos estranhos ao nosso interesse.

Há, entre muitas, uma circunstância que bem demonstra a impropriedade da regulamentação das cooperativas pelo Estado. Para terem sua existência legalizada, impõe-se-lhes o registro numa repartição do Ministério da Agricultura, ou nas Secretarias de Agricultura dos governos estaduais. São repartições que

ostentam títulos como este: “Departamento de Assistência ao Cooperativismo”¹. Eis uma amostra de tal assistência: certo número de escritores e artistas de teatro associaram-se para uma cooperativa artística, destinada a realizar espetáculos sem a interferência dos empresários, organizadores que, por força do vício mercantil, exploram a indústria teatral e vivem à custa dos talentos alheios. Existindo na capital do país um Serviço Nacional de Teatro, subordinado ao Ministério da Educação, e sendo o teatro uma atividade não só artística como cultural e educativa, supuseram os organizadores da cooperativa artística que a esse Ministério deviam dirigir-se para aprovação de seus estatutos e legalização de suas atividades. Mas não! O seu engano foi total. Era ao Ministério da Agricultura que tinham de dar contas e pedir conselho. Irritaram-se com o absurdo, naturalmente. Afinal, não iam plantar tomates nem colher mandioca, embora isto seja tão digno como representar Molière ou declamar poemas futuristas. Parece que desistiram.

Pois terão errado em desistir. Essa como outras cooperativas, nascidas na espontaneidade do interesse de todas as classes que trabalham, não precisam de registros ou preceitos normativos ditados pela burocracia estatal de qualquer Ministério. O cooperativismo é do povo, e, como o povo, tem de ser espontâneo, independente e livre.

1 Desde o decreto-lei nº 5.893, de 19 de outubro de 1943 promulgado por Getúlio Vargas, as seções estatais estavam subordinadas ao Ministério da Agricultura, no âmbito federal e às Secretarias de Agricultura, nos âmbitos estaduais. Após a queda do Estado Novo, as novas regulamentações das décadas de 1940 e 1950 sobre o cooperativismo mantiveram essa organização. (N.E.)

INTERCOOPERATIVISMO

Assim como a liberdade do indivíduo não o dispensa de suas obrigações sociais, o cooperativismo livre não há de significar que as cooperativas fiquem vivendo isoladas, como se cada uma não tivesse mais obrigações além daquelas decorrentes da sua função em relação aos associados ou interessados diretamente no seu funcionamento. Queremos dizer que o indivíduo livre é livre de associar-se ao seu semelhante, segundo as afinidades ou conveniências, livre de pensar e de agir, livre de mover-se e de fazer o que mais lhe agrada; mas a educação e a consciência social lhe dirão por certo que não há de agradar-lhe ser prejudicial aos outros membros da coletividade. Aí está a limitação, não da liberdade, porque esta não o seria se fosse limitada, mas do arbítrio, que tem de obedecer ao interesse comum.

Ora, o indivíduo não cumpre a sua missão social trabalhando apenas para si, fechando-se num determinado círculo e ignorando o resto da humanidade. Seria isso a completa negação social do homem. Este precisa de aproximar-se do semelhante, até pelas próprias tendências e impulsos naturais. Tal

aproximação multiplica-se, impõe-se, leva o indivíduo ao agrupamento da família, quer seja esta encarada como um núcleo sentimental e reprodutivo, quer se considere como pequena associação de base econômica. Da família vai às sociedades, forma aldeias, vilas, cidades, regiões e países, cada qual com seus característicos raciais, mas, no fundo, obedecendo à mesma necessidade de cooperação, visto que sem ela nem sociedade burguesa, nem sistema capitalista nem nenhuma espécie de socialismo poderia desenvolver-se e subsistir.

Tratamos do cooperativismo sob o ponto de vista imediato da defesa do povo contra os tentáculos do lucro. Mas também é verdade que as cooperativas podem servir a mais altos objetivos. Não diremos o cooperativismo como sistema definitivo, mas queremos sustentar que a sociedade livre, pondo em prática a Anarquia ou comunismo libertário, não foge no fundo aos aspectos essenciais do cooperativismo. E se o povo estiver familiarizado com as cooperativas, mais depressa compreenderá e sentirá a possibilidade de viver sem peias econômicas, da mesma forma que a Anarquia lhe permitirá viver sem peias morais ou políticas. Pois bem, é neste ponto que precisamos considerar a organização cooperativista como uma espécie de mecanismo em que as peças tenham função ordenada e o conjunto possa combinar tanto entre si como em relação a um movimento geral. Digamos que as cooperativas deixam de ser meras sociedades ou agrupamentos restritos, para se transformar em órgãos de uma sociedade cooperativista. Isto não se estabelecerá de pronto, mas a doutrina deve introduzir-se na própria essência da cooperativa, para que logo saibam todos os seus adeptos o papel que lhes cabe no futuro.

Firmada a mentalidade cooperativista, cada sociedade incorporará esse espírito e passará a representá-lo em relação às sociedades congêneres. Então se estabelecerá o ponto de partida para o intercooperativismo, ou seja, a cooperação entre as sociedades, segundo sua natureza, espécie de atividade ou região onde se desenvolve a influência de seu funcionamento. As cooperativas

de ramos idênticos darão umas às outras a sua ajuda, trocando produtos ou compensando serviços. As de ramos diversos farão obra mais importante, podendo suprir-se de matérias primas para a produção ou de artigos para distribuir, sem o recurso ao comércio particular enquanto este existir.

Estabelecer federações de cooperativas seria sujeitá-las a regimes porventura perigosos, como acontece sempre que se quer obrigar alguém a cumprir regulamentos que não escolheu. Mas não iremos ao ponto de rejeitar tais federações, se às cooperativas for dado o mesmo direito e a mesma liberdade dos indivíduos, que na sociedade livre hão de poder ajuntar-se como quiserem. Que o federalismo cooperativista não seja pois sistemático, imperioso, capaz de anular impulsos ou iniciativas individuais dentro de cada núcleo social; mas que se prossiga além da cooperativa, que se alargue o campo de ação deste sistema econômico, por meio do intercooperativismo ou ação combinada das cooperativas em seus três gêneros principais: de produção agrícola, de produção industrial e de distribuição.

Há uma conveniência imediata: o amparo comum; que dará às cooperativas maior independência e liberdade de ação. Há outra conveniência futura: o preparo para a sociedade libertária, preparo psicológico e prático, pois que principia desde logo a mostrar suas perspectivas e resultados palpáveis. As cooperativas atuais, sociedades eivadas de espírito mercantil e alimentadas por contraditória propaganda originada em órgãos estatais de duvidosos propósitos, não passarão nunca de uma diversão capitalista. Precisamos dar às nossas cooperativas, não apenas o caráter verdadeiramente social, varrendo delas toda a ideia de lucro, mas uma outra perspectiva, outro objetivo que, sendo paralelo ao interesse econômico do proletariado, venha a fazer do cooperativismo uma organização acima do sistema comercial capitalista, capaz de a ele sobrepor-se e absorvê-lo, ou desempenhar o papel de sistema administrativo no mundo livre que desejamos e havemos de criar.

Eis o que se pode conseguir com o intercooperativismo, as relações entre as cooperativas, o seu amparo mútuo e a sua troca de serviços. O benefício social é imenso, e os associados de cada uma delas nada perdem com a parcela de atividade que dedicarem umas às outras.

As nossas cooperativas sem lucros não devem nem podem ser cômoda maneira de atingir relativa independência econômica individual, espécie de quistos no sistema capitalista, que não chegam a incomodá-lo e por isso os deixa como quem deixa um pequeno bolbo indolor. Há que exercitá-las com outros propósitos, porque nelas está o início da livre cooperação anárquica. Não isoladas, dispersas e desconhecidas, mas inspiradas no intercooperativismo, que será para elas o mesmo que elas são para o indivíduo. Nem se pode formar de outro modo uma sociedade perfeita, se é que sociedade significa entendimento, harmonia, ajuda e satisfação comuns.

EFEITOS DA COOPERAÇÃO

O resultado de qualquer trabalho em comum é efeito da cooperação. Isto constitui verdade por demais evidente, e não valeria a pena repeti-lo, quando os fatos o demonstram em qualquer ponto para o qual voltemos a nossa atenção buscando exemplos ou experiências. Mas a cooperação existe em toda a ação de indivíduos agrupados, e pode não ser sempre benéfica. Aqui é que devemos distinguir. Uma simples sociedade comercial, quando dela participam numerosos sócios e todos trabalham, em harmonia e bom entendimento, dentro dos objetivos do seu negócio, baseia-se na cooperação, e o resultado dessa cooperação é não só o progresso econômico da sociedade, portanto o enriquecimento dos membros dela, mas também o prejuízo econômico das partes com quem transaciona, que são os clientes explorados com mais ou menos habilidade, com mais ou menos esperteza. A cooperativa é, pois, uma sociedade à base da cooperação, mas de efeitos inteiramente diversos. Aqui o interesse é geral, não restrito. O que se busca é atender à economia de todos, não assaltar a economia de uns para enriquecimento de outros.

Haverá algum prejuízo, sim. Está nesse ponto o efeito da cooperativa que vai ferir aqueles a quem hoje devemos tantas dificuldades na satisfação de nossos anseios, estes anseios humanos que consistem, de modo tão simples, em viver, subsistir, permanecer no mundo como quem nele há de estar enquanto as condições fisiológicas individuais assim o permitirem, e com o conforto que o mundo pode dar. O efeito da cooperação, prejudicial ao comércio especulador, toma-se contudo benéfico porque determina o desaparecimento da especulação e proporciona aos indivíduos, agrupados em cooperativas segundo seus interesses profissionais ou econômicos, o resultado integral do seu trabalho e os meios de estender ao semelhante as vantagens do seu sistema econômico independente.

De muitos e diversos modos há de sentir-se o efeito das sociedades cooperativas. Admitimos que em primeiro lugar será no terreno econômico, já que é precisamente no terreno econômico onde se encontra melhor estímulo para a sua criação e desenvolvimento. A influência educativa, moral, social e profissional das cooperativas vem a ocupar todavia muito boa parte naqueles efeitos que o cooperativismo, e diga-se, no nosso caso, o cooperativismo sem lucros, há de trazer aos meios onde se desenvolver, às classes populares, às populações urbanas ou rurais.

De fato, a cooperativa anarquista não será apenas um meio de libertar o trabalhador do patrão, o consumidor do vendeiro. Essa forma de sociedade, tão viável nos dias que correm e tão fácil de fundar e desenvolver dentro do próprio sistema capitalista, pode agir como arma econômica e revolucionária, e tem a vantagem de identificar na mesma luta todos os que hoje vivem explorados. Não só os trabalhadores, é bom repetir, mas todos os que vivem explorados, todos os que compram, todos os que pagam, todos os que percebem remuneração por qualquer trabalho ou serviço, todos os que servem, de mercado para os vendedores, traficantes ou simples intermediários de transações entre as fontes de produção e o mundo consumidor dos produtos vitais, de gozo ou de luxo.

O efeito da cooperativa é econômico, se permite obter-se gêneros ou artigos por preços mais baixos; é educativo, porque ensina melhores normas de respeito ao interesse coletivo, destruindo raivas e ódios sempre em ebulição na disputa do dinheiro, na guerra dos preços, na concorrência de interesses egoístas; é moral, quando infunde no indivíduo o respeito pelo semelhante, impedindo ao mesmo tempo aquela sofreguidão do roubo que lateja em todo o comerciante, em todo o homem que mercadeja com gêneros ou dinheiro, à cata de lucros, juros ou prêmios, e que os quer licitamente se puder ser, mas de qualquer maneira os quer; é social, dando motivo a cultivarem-se relações, trocaram-se ideias ou projetos de aperfeiçoamento comum, no exercício de atividades coletivas, como são as da indústria cooperativa; é profissional, enfim, no terreno das cooperativas de produção, seja nas pequenas ou nas grandes indústrias, pois o operário, sabendo-se livre do arbítrio patronal, considerará a sua tarefa sob um ângulo diferente e todo o seu interesse estará mais na perfeição técnica do que no volume de trabalho determinante do seu salário.

Tão largos se nos apresentam os horizontes do cooperativismo, que o vemos estender-se também às demais atividades humanas, mesmo à arte e às manifestações de arte que mais vivem com o povo: o teatro e a música, por exemplo. Podem-se formar orquestras e grupos teatrais, capazes de cultivar a arte sem o abandono de outros misteres a que se dediquem músicos e atores. Chama-se hoje a isso amadorismo. As grandes orquestras e as grandes companhias de teatro são, porém, formadas de profissionais, e parece que assim tem de ser, sobretudo nas cidades.

A arte não é incompatível com o exercício de atividades profanas. Mas requer, para a sua própria independência e pureza, estudo e cultura especial. Eis porque se apresentam sempre mais apurados os conjuntos profissionais. Estes estão sujeitos à tirania de empresários para quem não é a arte o que vale, mas sim o que ela pode render. O artista profissional passa então a fazer não o

que sonha ou deseja, não o que lhe agrada, mas o que o empresário quer. E o público, se vai apreciar exposições de arte, é mais desamparado do que no mercado de panos e batatas: paga sem ter o direito de escolher. O artista é um forçado, o público mera fonte de renda. Os sentimentos e os ideais de cada um nada significam para os donos da arte.

Eis aí outro excelente campo a pedir o cooperativismo. Uma cooperativa artística, sem dispensar o pagamento de seus espetáculos, poderia organizá-los dentro de programas independentes. Dela fariam parte os artistas e o público, e temos de reconhecer que artistas e público, em espetáculos de arte, formam um todo no gozo das sensações do espírito, estabelecendo verdadeira comunhão de sentimentos; logo, todos interessados no mesmo ideal. Uns e outros participantes da cooperativa, não haveria que recear fracassos financeiros; as portas abertas ao público trariam ajuda e mais adesões. Não tem limites a influência do cooperativismo, não tem limites a sua prática. É ao mesmo tempo defesa econômica e fator social, sistema transitório e raiz de outro regime.

A TRAIÇÃO DO TEATRO

No teatro, como na literatura e nas artes, encontram-se bons e maus exemplos, há benefícios e prejuízos para a cultura do povo. A cultura do povo é necessária, porque sem ela nunca se criará uma inteligência coletiva capaz de associar às comodidades físicas os prazeres do espírito, tornando a vida uma coisa elevada em que o indivíduo não seja apenas a máquina de produzir e o repositório de sensações brutais. E para servir a cultura dos trabalhadores, cumprindo sua missão educativa, o teatro tem obrigações que não pode falsear. Quando falta a essas obrigações, o teatro é um agente de traição social. Sendo constante veículo de teses e doutrinas diversas e contraditórias, cria o teatro, entre os que dele vivem, um estado peculiar, com práticas de moral muito a seu modo. Não se pretenderá que os artistas do palco reproduzam de toda a personalidade das figuras que interpretam, quando saem da cena e vivem, como qualquer de nós, as dificuldades e os conflitos da existência humana. Mas é curioso observar que, vistos de mau modo pelas respeitáveis

famílias burguesas onde impera o preconceito, sofrem muitas vezes, na vida real, o desprezo daqueles que os aplaudem e glorificam na cena.

Em tudo isso há um fenômeno sociológico a considerar. Os cômicos foram, desde tempos remotos, uma espécie de classe desprezível, que a hermética moral religiosa repudiava. Mas a sociedade servia-se deles para extravasar os assomos de crítica ou rebeldia contra os tiranos, em forma de peças que havia sempre o recurso de fingir que não se tomavam a sério, para continuar bajulando hipocritamente as castas dominantes. Talvez por influência dos caracteres diversos, a que profissionalmente dão interpretação e forma, os artistas do palco têm, na verdade, em seu modo de viver, algo que os faz independentes e livres de preconceitos. É por isso mais estranho ainda que, no teatro, continuem a imperar tantos preconceitos, dos quais nem os autores mais ousados muitas vezes se livram.

As peças do teatro burguês têm finalidade política ou giram em torno de assuntos sociais sempre apropriados aos grandes desfechos da moral convencional. E, quando surge uma obra com objetivos diferentes, um trabalho dramático de proporções maiores e concepção artística avançada, é difícil torná-la acessível ao povo, seja pelo tom filosófico impenetrável para as massas menos afeitas ao trato das letras e das doutrinas, seja pela categoria das casas de espetáculos e das companhias, que o povo economicamente não pode atingir. O teatro revolucionário passa então a ser um luxo burguês, que, por desfastio, se tolera e consente. Com exceção de alguns poucos intelectuais, ouvem-no precisamente os que, no íntimo, se riem da ingenuidade dos autores, ou zombam das suas ideias. Mas, quando o teatro comete uma grande traição, é quando se chama *teatro popular* e aparece como diversão para as camadas menos cultas. Estas precisam da diversão, sem dúvida, mas acham-se indefesas contra a insidiosa propaganda de anulamento que se faz nas pecinhas oferecidas, em salões abertos, às famílias operárias.

Há um tipo de peças cheias de literatura vazia, onde o protagonista se contorce na miséria e no desemprego, perseguido por um burguês petulante e conquistador que, valendo-se da qualidade de patrão da mulher do operário, entra a requestá-la e desencaminha-a com a ajuda de uma alcoviteira e a tentação que o seu ouro oferece. De mistura com cenas de degradação na taberna, momentos culminantes de fome e de revolta, aparecem sempre os personagens moralistas, o meio-termo, o temor suicida e os conselhos beatos. Vence a honestidade mesmo depois de ter desaparecido nos poços desonestos. Fica tudo na resignação e na “santa paz do Senhor”. É esse teatro degenerado que dão aos trabalhadores. Por isso os trabalhadores precisam de fazer por si mesmos o outro teatro, o que a cultura exige e pode rasgar horizontes de luz na inteligência das multidões.

ESBOÇO DE AÇÃO CULTURAL

Quando nos queixamos da incultura das massas, grande obstáculo ao progresso de nossas ideias livres, nem sempre nos ocorre fazer o exame introspectivo da culpa que nos cabe pela manutenção desse estado de semi-ignorância. A juventude constitui sempre um campo fértil à espera da verdade. Corre às cegas, por um caminho escuro onde a luz falsa da religião levanta sombras a formar paredes espessas que não deixam ver o mundo exterior. Mas, tem uma alma boa que se pode revelar nas afeições e na espontaneidade dos atos generosos e belos. Se fechamos o círculo da nossa ação, desprezando os humildes analfabetos, para dirigir a palavra só aos iniciados, algum dia havemos de sentir o arrependimento de não ter levado outra luz ao caminho tortuoso dos eternamente dominados pelo preconceito, estiolados nas trevas da reação.

No meio de uma aldeia cheia de prevenções e de ignorância, onde reinava, como na maior parte das aldeias de Portugal, a palavra hipócrita das sacristias, havia dezenas de moços sentindo essa prisão moral. Tinham disso bastante noção, mas

dominava-os o meio acanhado, a falta de independência econômica e — quantas vezes! — a desgraça enorme de não saber ler. Seguindo um impulso natural, talvez sem avaliar o peso de tarefa semelhante, alguns puseram-se a transformar um pouco aquela situação. Havia uma vontade naqueles rapazes — ser amadores dramáticos. Não há por que rir dessa ambição absurda. Existiam muitos grupos assim, apresentando peças nos palcos esburacados dos “teatros” de aldeia, barracões sem conforto nem maquinarias engenhosas, com guarda-roupas alugados, uma atriz barata para o papel feminino, que os escrúpulos moralistas não consentiam que fosse desempenhado por moça do povoado.

Pois esses “amadores dramáticos” representavam um papel digno de apreço na cultura do povo. Ilustravam-se um pouco eles mesmos, aprimoravam suas maneiras e seu modo de falar, e o povo que os ouvia também lucrava com a modesta distração dos domingos rurais, de gente pobre e maltratada pelo trabalho excessivo. Então fez-se um pouco mais do que era comum fazer-se. Foi explicado àqueles rapazes um plano, e todos eles ajudaram. Passou o grupo a chamar-se “Escola Dramática Beneficente”. Os mais capazes, juntando-se ao que tivera a ideia e procurava dar-lhe forma, assumiram as responsabilidades da direção. Todas as noites, reuniam-se num salão desguarnecido, sede de pequeno sindicato de artesãos, e ali se punham a aprender. Sim, porque todos aprendiam, sem mestre, mas todos aprendiam, pois também se aprende ensinando, e aquilo era afinal, muito simplesmente, partilhar cada um com os outros o pouco que sabia, ao mesmo tempo que se procurava nos livros novas revelações e ajuda.

E vinham vindo, os rapazes da aldeia vinham vindo às reuniões. O programa era alternado: uma noite para ensaio, outra para aula. Um que tinha livros em casa levou-os. Abriu-os aos companheiros. Tornou-os fonte comum de saber, acessível à curiosidade de todos. Moços da lavoura ou moços de pedreiro, uma boa dúzia aprendeu a ler, que nada sabiam. Os demais puderam ler, à luz

de um candeeiro de petróleo, livros ou jornais que antes não tinham. Havia alguma coisa que os animava, que lhes dava prazer e satisfação, ainda mesmo sabendo que o padre e as beatas do lugar começavam a chamar-lhes anarquistas, por certo sem perceber o que isso era. No domingo, dava-se o espetáculo. A receita líquida tinha dois fins: metade para reserva, metade para distribuir pelos pobres, justificando o nome de “beneficente”. Não reprovemos o gesto de “caridade”. Nunca lhe deram esse nome. A ação era boa para angariar simpatias. Parecia-lhes útil, e nunca notaram que se houvessem equivocado.

Eram bons rapazes. Por onde andarão eles hoje? Um ou dois estão no Brasil, operários sem nome, obreiros anônimos do mundo que cresce. Um dos que partilhavam as responsabilidades de direção continuou dedicando ao palco uma vocação natural e reparte a sua vida entre a banca de marceneiro e os modestos conjuntos que, em pavilhões populares, fazem o teatro acessível aos trabalhadores suburbanos do Rio. Lá na aldeia outros ficaram, casaram-se, amadureceram suas vidas, morreram, quem sabe! É possível que não sejam anarquistas, como tanto receavam as tias beatas e os velhos conselheiros de sacristia, os que vivem, aqui ou noutro lugar. Mas devem ser um pouco melhores do que seriam se não tivessem participado das pequeninas, quase ingênuas reuniões daquela sociedade sem estatutos, sem presidente, sem registo na polícia — e sobretudo sem maldade nenhuma nas suas preocupações e atividades. Seria aquilo um esboço de campanha cultural adequada aos meios rurais? Poderia ser ampliado e aplicado às populações operárias dos grandes centros? A autodiversão, a autocultura do povo não constituirá assunto merecedor de nossa maior atenção?

Eram bons rapazes. Ainda há muitos assim, à nossa espera, à espera de quem os ajude a tirar as trevas do seu caminho. E o mundo sem eles não é o mundo que nós queremos.

A FAMÍLIA, CÉLULA COMUNISTA

A família é uma *comuna* dentro da sociedade que condena o comunismo. Mas torna-se necessário, para evitar interpretações que alguns termos sugerem, esclarecer o seu sentido. Antes de mais nada, não temos culpa da deturpação do comunismo, que tendências políticas e autoritárias perpetraram apossando-se dessa bela e expressiva palavra para batizar com ela um sistema de ditadura proletária, de tirania dos pequenos, não menos indigna e condenável do que a tirania dos grandes.

Anarquia é comunismo libertário. Comunismo libertário é igualdade econômica e liberdade individual. Se os anarquistas tinham como seu o comunismo, porque a organização da sociedade anárquica há de fazer-se na base de comunas, e daí a designação do sistema econômico comunista, que há de impedir-nos de continuar a estudar, debater e tratar os nossos assuntos dando às coisas o nome que elas têm?

Campos Lima, escritor português que tantas obras produziu nas letras e na sociologia modernas, chegou a aconselhar a proscrição da palavra *anarquia*, ele que se impunha como apóstolo

da Anarquia. O meu argumento era que a burguesia tinha emprestado tal sentido de pavor e repulência às expressões *anarquia*, *anarquista*, *anarquismo*, apresentando-o, por má fé, como sinônimo de desordem, que melhor seria trocar-lhe o nome, dizermo-nos simplesmente *libertários*. Agora, o abuso dos comunistas políticos quer impedir-nos também de chamar comunista à sociedade anárquica, visto que isso se torna arriscado, em virtude da confusão criada e da justa aversão dos homens livres a um regime de escravização ao Estado proletário.

Mas há, por força, um erro enorme em tudo isso. Quanto mais nos abstermos de usar os nomes que são nossos, mais os perderemos. Se, ao contrário, os anarquistas insistirem bem alto na afirmação do comunismo verdadeiro, do comunismo libertário, o conhecimento geral do seu sentido não deixará que outro caráter lhe seja dado pelos apologistas de um sistema tão avesso à liberdade do indivíduo.

Pois a família é uma célula comunista, digamos isto sem medo. A família, velha instituição do direito burguês, vindo de longe, do patriarcado romano ou das leis bíblicas, das tribos primitivas ou de origens indefinidas, não serve apenas para nela se aninharem os preconceitos e tradições, a religiosidade dos povos e a sucessão das fortunas ou a posse das terras. Família é um núcleo que o anarquismo dispensa, quando institui a sociedade universal e a inteira liberdade do homem. Mas porque não estudar a constituição desse núcleo, os seus hábitos e sistemas, com o fim de lhe descobrir virtudes anárquicas não percebidas pelos conservadores seus advogados e beneficiários? Uma família austera, com princípios morais inabaláveis, seja rica ou pobre, é ainda um vestígio de pequenas sociedades quase isoladas no sistema econômico dos primeiros tempos do capitalismo, pequenas sociedades que tinham por assim dizer o seu estatuto próprio e uma administração interna tendente a resguardar o interesse patrimonial, que era o interesse comum. Os filhos trabalhavam todos para esse patrimônio, enquanto solteiros, cada

qual exercendo sua atividade no lar ou fora dele, mas concorrendo para a economia da casa. E se um deles fosse doente ou inválido, era naturalmente mantido pelo esforço dos demais. Eis aí um exemplo velho da prática do princípio revolucionário: de cada um segundo as suas forças, a cada um segundo as suas necessidades.

Dir-se-á que, se havia, se há ainda comunismo na instituição da família, não é comunismo libertário, porque se faz sentir a autoridade do pátrio poder. Essa autoridade do pai vai perdendo, porém, a sua rigidez, e nunca negou a emancipação do filho, que, pelo casamento, se desprende do tronco familiar, ganhando a sua liberdade e indo fundar por sua vez outra família, a qual constitui o desdobramento da sociedade em renovadas fundações de núcleos reprodutores. O anarquismo não deseja consagrar fórmulas jurídicas do direito familiar. Mas não pode impedir nem desmentir a função comunista da família no seu papel econômico. A sociedade anarquista não será uma família ampliada, grande, imensa, com autodisciplina e respeito mútuo?

A FAMÍLIA, BASE ECONÔMICA

Deixemos de lado a instituição da família com o caráter sagrado que lhe querem dar os seguidores de certas religiões, e consideremo-la como núcleo social, ponto de partida da associação humana. É assim que a família cumpre função econômica e coletiva, embora seja também na família que primeiro se exerce o princípio de autoridade. Quanto à moral, é aparente e quase sempre não existe no fundo da família burguesa. Em tempos idos a família era um pequeno estado, seu chefe reinava sobre bens e pessoas, mas da imoralidade de costumes medievais sabemos demasiado, e não hão de vir exemplos de seriedade e pudor daqueles varões austeros e dissolutos, semeando filhos por todas as moças de cabanas da redondeza, metendo debaixo da mesma telha esposas e amantes, filhos legítimos e bastardos, muitos destes herdando títulos e coroas.

A família que nos interessa é a do nosso tempo, o agrupamento dos indivíduos por afinidades ou parentesco sanguíneo, onde melhor se entendem as primeiras noções de solidariedade, porque há uma estima particular a prender as pessoas, tornando

comuns a maior parte das preocupações sentimentais e econômicas. Os anarquistas não devem repudiar a família, embora lhe neguem aquele caráter sagrado ou o poder econômico. Não se evitará que o sentimento, o carinho, a afeição encontrem desenvolvimento mais salutar no agrupamento inicial da família, procurado por motivos fisiológicos e mantido pelo interesse de conservação. Querendo estabelecer uma comunidade anárquica, não iríamos fazê-lo sem uma reunião de famílias, pois estas contêm os elementos de trabalho indispensáveis ao fundamento de qualquer espécie de sociedade.

No ano de 1946, tivemos notícia da fundação da “Colônia Comunal Harmonia, Justiça e Trabalho”, em Playa Azul, México. Era o jornal *Tierra y Libertad* que exaltava o empreendimento de “famílias de companheiros camponeses”, que mostram como “sem deuses e sem amos se pode viver em paz”. Um desses companheiros escrevia da nova colônia, lamentando que ao princípio houvessem de ter contato com o regime capitalista, adquirindo por dinheiro o que lhes era necessário e vendendo “fora” o que não consumiam, e contava com as plantações para assegurar a sobrevivência da colônia, o que equivalia, nos primeiros tempos, a manter aquele contato na troca de produtos, chamada “venda” quando nela intervém a moeda. No final da carta encontrava-se este trecho: “Nada havia aqui; tivemos de fazer tudo. Quando chegamos, abrigamo-nos debaixo da copa das árvores. Agora já temos uma casa ampla, mas insuficiente para todos, pelo que construiremos novas habitações, uma para cada família.”

Nessa experiência de comunidade anárquica, mantinha-se, portanto, a família, e dava-se lhe a mesma separação doméstica. Uma casa para cada família. Esse é o núcleo social, a primeira permuta de interesses e de afetos. Da família se comunica à associação o exercício cooperativo, e da associação à comunidade geral. É a família, como base econômica da sociedade, que nos merece atenção. Por certo, na família da colônia de Playa Azul instituíra-se um regime de igualdade. Os seus membros haviam

de entender e praticar a cooperação, no trabalho e na satisfação das necessidades individuais. Cultivando a terra em grupos, a tarefa se facilitava; reunindo os grupos, desbravava-se o monte; tal como as casas formam povoados e estes enchem a Terra, assim as famílias formam a sociedade.

Antes de chegar à comunidade constituída de famílias livres, a realidade atual oferece-nos meio de considerar a família como exemplo econômico para as nossas cooperativas. A sociedade conjugal, não inspirada pela conservação ou conquista de fortunas, porque neste caso é negócio e não perdura como garantia de constância familiar, começa pela união de duas criaturas e pela identidade de seus sentimentos. Para manter essa união, é necessário cuidar da subsistência e cria-se, ao lado do casamento, uma sociedade econômica na qual não há intuítos egoístas, tendo cada um dos seus membros o mesmo interesse e trabalhando para o mesmo fim. Os filhos ampliam a sociedade familiar. Enquanto o casal tem de criá-los, a ajuda mútua põe-se em prática pelo imperativo do mesmo amor que os gerou. Crescidos eles, a sua cooperação passa também a ser contada no lar e ainda sem aspectos prejudiciais, embora o privilégio da cooperação fique entre as paredes do lar e todos costumem unir-se, em defesa própria, contra estranhos. O chefe da família não explora os filhos, como estes não se exploram uns aos outros. Os irmãos unem-se “contra o mundo”, porque o mundo lhes é adverso. A economia doméstica é pois uma cooperativa isolada. Deixará de o ser quando as famílias por sua vez se unirem em associações cooperativas. A hostilidade dos irmãos “unidos contra o mundo” não passará então de uma imagem literária, porque o mundo será igual para todos os irmãos de todas as famílias.

O cooperativismo tem pois o seu papel social relevante, a par da função econômica. A família tem uma base econômica semelhante, em seus aspectos essenciais, ao funcionamento e aos objetivos da cooperativa. A cooperativa será o meio de reunir as famílias, fazendo delas, em vez da secular instituição conservadora,

os núcleos de uma sociedade nova, na qual os sentimentos não se vejam contrariados pela necessidade de enfrentar hostilidades exteriores. Famílias constituídas ou famílias novas, é preciso que nada tenham a temer das famílias estranhas, nem se oponham à aliança natural de seus membros. A cooperação dos indivíduos, passando à cooperação das famílias, estender-se-á pela humanidade para assegurar o completo entendimento social.

Não há um caminho único para esse entendimento, para a igualdade. Há caminhos diversos, que nos levam de onde estamos à estrada maior, à estrada principal. Aproveitemos esses caminhos. Juntemo-nos, aqui e ali, em grupos que sejam famílias, associações, cooperativas. E façamos estes grupos convergir para a comunidade livre, ensinando cada um o que sabe, praticando cada um o que pode.

A COOPERATIVA GERAL

Dois motivos contribuem, a nosso ver, para a falta de confiança no cooperativismo como sistema capaz de transformar economicamente a sociedade a favor das aspirações igualitárias do povo. Essa falta de confiança é real, indisfarçável, tanto na massa proletária como nos militantes de diversas tendências ideológicas ou revolucionárias, e constitui um entrave muito difícil de vencer, se as próprias cooperativas não conseguirem impor-se por seus resultados e sobretudo pelos efeitos morais da sua prática.

Um desses motivos surge, em primeiro lugar, das condições em que se pratica o cooperativismo. O proletário, se raciocina um pouco, sente-se como criatura impotente, isolada e só, ao ver-se cercado da máquina compressora, asfixiante, do comércio capitalista que por todos os lados lhe arrebatava as minguidas sobras de uma economia precária. Não acredita que possa, dentro do sistema avassalador, gigantesco a seus olhos tímidos, livrar-se das suas garras. Nem pensa que alguma força estranha, para ele ainda desconhecida, venha libertá-lo por milagre. Cooperativas no meio de tantas casas de negócio, como poderão viver? E, no

entanto, quem alimenta as casas de negócio é ele mesmo. Abandone-as, usando as cooperativas, e tudo estará mudado. Não é milagre. É a força da realidade. Outro motivo de descrença é o âmbito restrito das cooperativas. Logicamente, um pequeno grupo de consumidores associados para se suprirem do necessário parece tão longe da sociedade igualitária! Aqui, a falta de confiança é mais grave, porque reside na subestimação do poder individual, da força celular, da própria cooperação. O fato é que uma pequena cooperativa não iria revolucionar o mundo, da mesma forma que uma formiga só não carrega um besouro. Mas a associação das cooperativas deitaria por terra toda a estrutura capitalista, pois até o capital, a princípio necessário, para as relações exteriores, isto é, para as transações da cooperativa com a indústria ou o comércio abastecedor, se tornaria logo dispensável.

Estes argumentos são rudimentares, ocorrem às primeiras fases de discussão ou defesa das cooperativas. Não os repetimos porém de forma ociosa. Eles aparecem aqui para justificar a tese da cooperativa geral. Diremos da policooperativa, ainda que a criação do vocábulo não tenha amparo científico, despreocupados do seu perfilamento ou repúdio por parte dos linguistas, ou até de averiguar se já existe.

O esquema da sociedade organizada cooperativamente, segundo Warbasse, divulgado em opúsculos oficiais do Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Estado de São Paulo¹, leva a uma conclusão que não é tão simples como hão de querer os libertários. Liga a cooperativa de consumo a uma série de outras cooperativas, as quais se reúnem em Federações e vão dar na Administração Nacional, com um Parlamento, Diretoria Central e Juntas de Arbitragem. É fácil ver, nessa Diretoria, o

1 Em meio à reorganização das políticas públicas sobre cooperativismo na década de 1950 foram criados os Departamentos de Assistência ao Cooperativismo em cada Estado. O governo de São Paulo criou seu departamento em 1956, com a promulgação da lei nº 3553. (N.E.)

Governo, o Estado e, nas Juntas, a engrenagem dos Tribunais. O Parlamento nem se disfarça. É a cúpula do Estado, sem tirar nem por. Toda a elaboração que vem de baixo, afastando obstáculos capitalistas, termina simplesmente numa direção estatal. Não poderia, sequer, dispensar a força de coação, porque as Juntas de Arbitragem haveriam de ditar uma sentença quando as partes discordantes teimassem em não se harmonizar. E como fazer cumprir uma sentença, senão com a força armada? Parece-nos que não é preciso mais, para se rejeitar o sistema.

Contudo, o cooperativismo é um processo adequado à evolução social libertária, e conduz facilmente a uma sociedade inteiramente livre, por meio da associação. Mas, associação de quê? De cooperativas diversas, ou seja o federalismo cooperativista. E sendo o indivíduo a base, a origem da sociedade, é através da cooperativa que ele intervém na comunidade geral. O meio de aglutinar os indivíduos tem, pois, a mais relevante importância. Uma cooperativa de consumo reúne os consumidores, uma cooperativa industrial transforma em obra a energia dos trabalhadores ou artífices, outra cooperativa de cultura dá aos seus associados os meios de desenvolvimento intelectual ou artístico. Temos já aí três cooperativas, e a série pode alongar-se conforme circunstâncias diversas. Então, o ourives com tendências ou vocação musical, chefe de família, teria de associar-se nas três cooperativas, para aplicar o seu trabalho profissional, para abastecer o seu lar e para cultivar a música. Eis uma dispersão nada aconselhável.

A sociedade, partindo do indivíduo, principia nos núcleos sociais para atingir, pelo agrupamento, o concerto geral da comunidade. Mas como há de um indivíduo repartir-se em vários núcleos, sem prejuízo para a homogeneidade do agrupamento? A solução é a *policooperativa*, ou *cooperativa geral*. Ao invés de repartir-se o indivíduo pelas variadas espécies de núcleos sociais ou econômicos, ele teria num só a satisfação de todas as suas necessidades materiais e espirituais.

A *policooperativa* é o organismo social completo. É o indivíduo na constituição da sociedade. Dentro dela estão as peças todas indispensáveis à satisfação das necessidades sociais. Se a cooperativa geral compreender seções de todas as atividades humanas, ou pelo menos de todas as atividades necessárias aos indivíduos que a compõem, é naturalmente muito mais fácil a federação das cooperativas e o intercâmbio de suas ações, conforme as conveniências não nacionais, mas regionais.

Quanto aos princípios das sociedades cooperativas, condensados por Warbasse, levam à eliminação do Estado, e por isso não vemos necessidade do parlamento que preconiza nem do sucedâneo dos tribunais. Estes impõem leis ou aplicam regulamentos, agindo sobre o indivíduo com autoridade, própria ou por delegação de outro poder. O princípio da liberdade é oposto, porque põe o indivíduo fora de todo o arbítrio.

A *federação de cooperativas* tem função meramente administrativa, obedecendo ao que lhe determinarem aquelas, que por sua vez representam a vontade dos associados. E, quando um associado divergir da orientação da maioria, é livre de se desligar, seguindo o seu próprio arbítrio. O contrário seria exercício de autoridade. E se a organização cooperativista tiver como resultado a eliminação do capital, desaparecendo com ele o Estado e seus órgãos coercitivos, ou a autoridade acaba ou se cria uma nova autoridade. Neste último caso, o resultado seria um novo Estado ou coisa semelhante. Mesmo que tivesse forma de Estado econômico, a substituir o Estado político, não deixava de significar a negação da liberdade. E não pretendemos conquistar o cooperativismo à custa da liberdade, mas precisamente alcançá-la por meio da emancipação econômica.

CONFIANÇA EM NOSSOS MÉTODOS

Seja qual for o terreno escolhido pela ação revolucionária, tem esta de assumir a forma adequada ao mesmo terreno, o que vale dizer formas diversas que constituirão o método, o sistema, o meio de influenciar os acontecimentos e canalizar seus efeitos para os fins que visamos. Assim, criaremos os nossos métodos. E escusado será dizer que o trabalho se torna duvidoso se, em primeiro lugar, não tivermos confiança em nossos métodos. Pode entrar neles, pois, o cooperativismo, usado de acordo com as nossas ideias altruísticas e nossos anseios de liberdade. Da prática do cooperativismo resultará uma alteração no arcabouço econômico da sociedade. Os capitalistas parecem não temerem essa alteração, porque pelo menos certas esferas sociais e administrativas preconizam e estimulam o cooperativismo. Compreende-se a razão disso ou, melhor, compreendemo-la nós muito bem. As cooperativas atuais, com distribuição de “sobras” e com juros atribuídos ao capital dos quotistas, representam simplesmente organizações de negócio em moldes que aparecem com roupagens novas, a iludir o proletariado.

Espalhando e amparando o cooperativismo, os governos capitalistas buscam a simpatia das populações, sobretudo das populações rurais, e dão forma a uma literatura muito especial, que se destina a dar ao povo a impressão de tendências socialistas da parte dos governantes. Isto é de há muito um estratagema do poder. Sempre que vê perigar o seu reinado, pelo despertar da consciência coletiva nas massas dominadas pela força e oprimidas economicamente, o capital mascara-se de generoso e reformista. São as leis sociais de conteúdo aliciador e execução complicada, permitindo afinal o escapamento dos patrões às suas malhas sempre com um lado mais largo — o lado deles; são as campanhas de alfabetização, ainda que não tenha o povo escolas, dinheiro para livros nem tempo para estudar; são agora as cooperativas rurais, as cooperativas escolares, a divulgação do sistema cooperativista, porém cuidadosamente “amparado” e sujeito aos registos e regulamentos ministeriais.

Não receia o Estado, por intermédio de alguns de seus intérpretes, dizer ao povo isto, por exemplo: “A Aliança Cooperativa Internacional e as necessidades internacionais de consumo irão gradualmente eliminando as hostilidades e os antagonismos entre os povos e, assim, formando as bases da união internacional e de uma paz duradoura. Afastadas as rivalidades econômicas, pela substituição da cooperação à concorrência, terá sido afastada igualmente a causa principal das guerras e hostilidades mundiais. A cooperação tende, ainda, a eliminar os impostos, as barreiras alfandegárias, livrando a indústria de todos os tributos; a eliminar os privilégios que fazem propriedade de alguns a terra e os recursos naturais, para transformá-los em patrimônio da coletividade. Numa sociedade organizada cooperativamente, o trabalho adquire o valor que é atualmente atribuído ao dinheiro. Finalmente, a cooperação, interessando-se pelos indivíduos, sem distinção de raça, credo, sexo, etc., procura facultar-lhes, em igualdade de condições, tudo o que lhes seja necessário, assim como oferecer-lhes oportunidades de melhoria e ascensão

social, reservando para seu objetivo máximo o desenvolvimento integral de indivíduos capazes de apreciar os valores culturais, apaixonados da beleza, da verdade e da justiça.”

Não pode haver a menor sinceridade na divulgação desses conceitos por parte dos sustentáculos do regime estado-capitalista. Nem haver sinceridade no estímulo ao cooperativismo que, como acima se diz, tende a eliminar os privilégios que fazem propriedade de alguns a terra e os recursos naturais, que tende a eliminar os impostos... Pois não seria isso a eliminação do próprio Estado? Mas a sem-cerimônia com que assim se conduzem tem uma explicação. Escolheram o seu método, e tem confiança nele. Ao mesmo tempo que conquistam simpatias no proletariado, garantem a sua continuidade de privilegiados. Na prática, a cooperativa dominada, controlada, regulamentada pelo Ministério da Agricultura, fica presa à lei; e presa à lei não pode fazer uma revolução. Nem a faria, com a mentalidade que desde logo começa a reinar nas cooperativas, insidiosamente minadas pela ideia do lucro. É simplesmente o lucro, nas cooperativas, que as inutiliza para a revolução social. É o lucro que, tornando os seus associados exploradores uns dos outros, destrói todas as palavras bonitas da propaganda. É o lucro, inspiração diabólica dos inimigos da economia popular; o lucro, disfarçado em sobras e juros, compensação do capital ou retornos, mas nascido sempre de um agravamento de preço que faz da cooperativa um simples concorrente comercial; o lucro, que passa a dominar a ideia dos “cooperados” e que os transforma em outros tantos pequenos comerciantes!

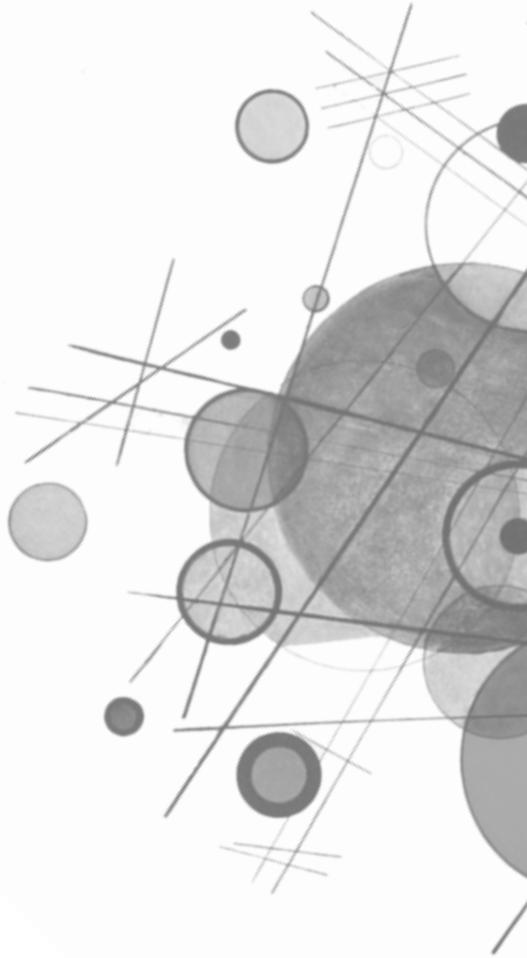
Então, a cooperativa está sendo deturpada, porque acreditamos que o intuito original deste sistema era bem diverso. Então, o remédio é fácil e encontra-se ao nosso alcance. Consiste em acabar com essa ideia de lucro. Seguindo a pureza de nossas ideias libertárias, que não permitem a exploração do homem pelo homem no terreno econômico, nem a sua opressão na vida social, adotemos outro método na formação das cooperativas:

usemos as cooperativas sem lucro. Elas podem atingir os mesmos objetivos daquela “Aliança Cooperativa Internacional”, sem o perigo de se perderem nos egoísmos ainda não abafados, na tirania estatal ainda não destruída.

Os adversários da revolução econômico-social, da evolução da sociedade para a Anarquia, criando um método de despistamento como tantos outros, deixam-nos entender que têm confiança nele. Seríamos inferiores se não demonstrássemos igual ou maior confiança em nossos métodos. É com essa confiança que devemos propagar também o cooperativismo, dando-lhe a feição nossa, humana e generosa, livre da peste do lucro, que é veneno das consciências, que é roubo e maldade, que é exploração e perfídia, atentado desleal à economia do indivíduo, no final sempre nocivo à harmonia e ao interesse da coletividade.

Havia um cooperativismo só. Agora, há dois métodos de pô-lo em prática. O método estatal é traiçoeiro, pois impede-lhe os efeitos sociológicos por um processo, paralelo, de estímulo à especulação de grupos econômicos. A cooperativa sem lucros é o método contrário, que poderá de fato exercer grande influência na transformação da sociedade.

POSFÁCIO



A COOPERATIVA ÉLISÉE RECLUS

Podéríamos transformar a sociedade econômica, pacificamente e como à surdina, pelo movimento das associações?

Não há dúvida que os libertários, mais do que os outros homens, hão de contar com a força da associação, porque tudo o esperam da livre afinidade entre as personalidades livres; mas não creio que as associações cooperativas de trabalhadores possam realizar uma transformação importante na sociedade. As tentativas feitas neste sentido são experiências úteis e devemos felicitar-nos de que tenham sido postas em prática; porém bastam, e já podemos formar sobre o assunto um juízo. A sociedade é um conjunto que não se conseguirá transformar empreendendo a transformação parcialmente por um de seus detalhes mais insignificantes. Não tocar o capital, deixar intactos ao infinito os privilégios todos que constituem o Estado, e imaginar que podemos enxertar sobre todo este fatal organismo novo, equivaleria esperar que nos seria possível fazer que germinasse uma rosa sobre um eufórbio venenoso.

* Texto publicado originalmente em *A Voz do Trabalhador*, ano 1, nº4, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1908.

A história das associações operárias é já bastante extensa e até sabemos que neste assunto é mais difícil acertar que sucumbir. Um fracasso é uma experiência mais, e permite aos que sofreram entrar de novo na grande corrente da vida e da revolução. Mas um êxito, isso sim que é fatal! Uma associação que consegue êxito feliz, que ganha dinheiro e se faz proprietária, conforma-se fatalmente com as condições do capital; faz-se burguesa; desconta letras de cambio, persegue a seus credores, recorre aos homens da lei, coloca seus valores no banco, especula sobre os fundos públicos, acumula seu capital e o faz valer para exploração do pobre. Enriquecida, entra na confraria dos privilegiados; já não é mais do que uma companhia capitalista, obrigada a fechar suas portas aos que não levam mais do que seus braços. Completamente separada do povo, convertida em simples excrescência social, constitui-se em Estado; longe de secundar a revolução, combate-a de morte; tudo o que tinha de força viva no começo e sua obra, emprega-o contra seus antigos amigos, os deserdados, os revolucionários; apesar de toda a boa vontade dos sócios, a Associação passa-se para o campo inimigo: já não é mais do que uma quadrilha de traidores! Ah, meus amigos; nada deprava tanto como o êxito! Enquanto nosso triunfo não for ao mesmo tempo o triunfo de todos, tenhamos a sorte de não alçar bom êxito jamais; sejamos sempre vencidos!



*Criada em 1946 na cidade do Rio de Janeiro, a **Editora Germinal**, foi um importante veículo de difusão de autores e livros anarquistas. Roberto das Neves, seu fundador e editor, foi um militante anarquista, membro da Federação Anarquista Ibérica (FAI) que, através deste projeto editorial, uniu a sobrevivência material à atividade política.*

*As publicações da **Editora Germinal** refletiram a opção ideológica do seu editor e podem ser compreendidas em três grupos distintos; um núcleo anarquista, com a edição dos grandes clássicos do pensamento anarquista; outro mais eclético, voltado para a macrobiótica, o esperanto, etc...; e, por fim, um conjunto de obras de opositores do governo de Salazar que estavam exilados, incluindo o próprio Roberto, autor de numerosas obras contra o regime.*



editora
entremares

*A presente obra terminou de ser im-
pressa em gráfica digital no inverno de
2017 na cidade de São Paulo.*